



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE JANEIRO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.
Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.ºs 190 a 194/LX, do projecto de resolução n.º 81/LX e de dois relatórios das Comissões de Trabalho e dos Assuntos Sociais e de Economia e Finanças relativos à caducidade dos processos, respectivamente, das apreciações parlamentares n.ºs 5 e 6/LX.

Ao abrigo do artigo 76.º, n.º 2, do Regimento, procedeu-se ao debate mensal sobre o alargamento da União Europeia e seus impactos. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (António Martins da Cruz), os Srs. Deputados Ana Drago (BE), João Moura

(PSD), Honório Novo (PCP), Guilherme d'Oliveira Martins (PS), Rodeia Machado (PCP), Almeida Henriques (PSD), Medeiros Ferreira e António José Seguro (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

o encerramento do debate, intervieram, além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, os Srs. Deputados Ana Drago (BE), Honório Novo (PCP), João Rebelo (CDS-PP), António José Seguro (PS) e António Nazaré Pereira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Rodrigues Gomes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 João Barroso Soares
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Médeiros Ferreira

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Maria Abrunhosa Sousa
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torráo Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato

Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um relatório da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais referente à apreciação parlamentar n.º 5/IX (PS), relativa ao Decreto-Lei n.º 193/20002, de 25 de Setembro, que Estabelece o Regime de Colocação e de Afectação do Pessoal Integrado nos Serviços e Organismos que Sejam Objecto de Extinção, Fusão ou Reestruturação, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio. Tendo sido apreciadas, na especialidade, naquela Comissão, as propostas de alteração apresentadas pelo PS, as mesmas foram rejeitadas com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e a abstenção do BE, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e de Os Verdes, o que levou à caducidade do processo de apreciação parlamentar.

De igual forma, deu entrada na Mesa um relatório da Comissão de Economia e Finanças referente à apreciação parlamentar n.º 6/IX relativa ao Decreto-Lei n.º 228/2002 de 21 de Outubro, que Revê o Regime de Tributação das Mais-Valias Estabelecido no Código do IRS e o Regime Aplicável aos Rendimentos dos Fundos de Investimento Estabelecido no Estatuto dos Benefícios Fiscais. Todas as propostas foram rejeitadas o que levou à caducidade do processo de apreciação parlamentar, nos termos do n.º 7 do artigo 208.º do Regimento da Assembleia da República.

Deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.ºs 190/IX — Altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 400/82, de 3 de Setembro), que baixou à 1.ª Comissão; 191/IX — Altera o Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, revisto e publicado pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro), que baixou à 9.ª Comissão; 192/IX — Altera o Decreto-Lei n.º 554/99, de 6 de Dezembro, que Transpõe para a Ordem Jurídica Portuguesa a Directiva n.º 96/96/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro de 1996, alterada pela Directiva n.º 99/52/CE, da Comissão, de 26 de Maio de 1999, relativa ao controlo técnico dos veículos e seus reboques e que regula as inspecções técnicas periódicas para a atribuição de matrícula e inspecções extraordinárias de automóveis ligeiros, pesados e reboques, que baixou à 9.ª Comissão; 193/IX — Altera o Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de Dezembro, que Revê o Seguro da Responsabilidade Civil Obrigatória, que baixou à 9.ª Comissão; 194/IX — Elevação da povoação de Longra a vila, que baixou à 4.ª Comissão; e o projecto de resolução n.º 81/IX — Adopção de medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Em matéria de expediente é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje consigna um debate mensal, ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República, sobre o alargamento da União Europeia e seus impactos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (António Martins da Cruz): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como tive oportunidade de sublinhar, quando estive em Dezembro passado na Comissão dos Assuntos Europeus e Política Externa desta Assembleia, para apresentar as Conclusões do Conselho de Copenhaga, o processo de alargamento da União Europeia é um processo histórico.

A Cimeira de Copenhaga veio tornar realidade o que muitos encaravam com cepticismo: a adesão de 10 novos Estados-membros à União Europeia, no que ficará, provavelmente, conhecido como o maior alargamento da história da construção europeia. Serão mais 75 milhões de habitantes. Mas será também a consolidação da democracia nos novos Estados-membros que, até há pouco tempo, viviam à sombra do império soviético e onde se desenvolvem agora verdadeiras economias de mercado. Será o reencontro da Geografia com a História, na procura de uma Europa que se quer cada vez mais coesa e solidária. São condições indispensáveis, a par do euro e de uma política externa e de defesa, por exemplo, para a Europa se afirmar no mundo.

Os efeitos de um processo de tal envergadura não são despidiendos. Para além do seu significado político, o alargamento reflectir-se-á nas estruturas económicas e sociais dos Estados membros; nos contornos institucionais da União; e na sociedade europeia como um todo.

Não se afigura necessário insistir sobre o significado político e estratégico do alargamento, mas é importante registar que a União optou pelo seu novo formato apenas três semanas após outra decisão histórica: o alargamento da Aliança Atlântica decidido na Cimeira da NATO em Praga, em Novembro último.

Desta forma, começa a ganhar coerência a dinâmica dos alargamentos, que permitirá a breve trecho, com a adesão da Roménia e da Bulgária em 2007 e mais tarde da própria Turquia, a coincidência dos limites das duas instituições internacionais determinantes para a defesa, a segurança, a afirmação política e os desenvolvimentos económico e social da Europa, o que é dizer de Portugal.

Esta coincidência de Estados-membros europeus da NATO com a União Europeia irá trazer uma coerência acrescida às políticas destas instituições e permitir que a Identidade Europeia de Segurança e Defesa assuma a sua vocação de charneira entre a NATO e a União.

Quanto aos efeitos económicos do alargamento para a União, sobretudo para os seus membros, deverão ser repartidos entre oportunidades e riscos. As oportunidades advirão do potencial dos novos mercados que agora se abrem verdadeiramente aos produtos dos actuais Estados membros, numa altura em que todos os entraves ao comércio serão abolidos. Mas também do próprio aumento da concorrência nos mercados comunitários, estímulo que contribuirá para o fortalecimento da economia europeia no longo prazo. Mesmo para os países candidatos, o alargamento à União terá vantagens económicas inequívocas, em virtude da remoção das barreiras ao comércio e dos previsíveis aumentos de produtividade, tal como sucedeu a Portugal, após 1986.

Mas não podemos ignorar os riscos. O próximo alargamento, a reforma institucional decidida em Nice e o debate em curso sobre o futuro da Europa produzirão tensões inevitáveis que transformarão a própria natureza da União Europeia e, consequentemente, irão afectar a desejável identificação dos interesses nacionais com o interesse europeu e, porventura, a adesão de alguns povos ao próprio ideal europeu.

Neste contexto, Portugal deve procurar evitar o cenário — que se começa a pressentir nas tentativas de formação de um directório ou de repartição de zonas de influência — em que alguns Estados-membros procedam a uma revisão fundamental dos seus interesses e, sobretudo, dos métodos, meios e formas da sua promoção.

O sucesso do processo de integração europeia sempre repousou no facto de ser visto como um contributo de todos, e não como uma forma de dominação dos mais fracos pelos mais fortes. Se a União passar a ser entendida como um instrumento de poder para alguns é, afinal, a sua própria sobrevivência que estará em questão.

Uma abordagem evolutiva, incremental e pragmática, no respeito da igualdade dos Estados e das suas diferentes identidades, parece ser a que melhor se adapta aos nossos interesses.

Creio mesmo que o horizonte europeu nunca deverá ser um círculo já fechado, pois a melhor forma de associar as novas gerações ao projecto europeu é, justamente, dar-lhes a esperança de que, a seu tempo, poderão também trazer o seu contributo para esta nova fórmula de integração que é a União.

Portugal, de acordo com o interesse nacional, terá de desenvolver e sustentar alianças simultâneas e em múltiplas direcções, terá de continuar a mover-se, como até agora, em geometrias variáveis.

No interior do Conselho da União Europeia onde, por excelência, se exprimem os interesses nacionais, coexistem três lógicas não coincidentes, e que por vezes são mesmo antagónicas:

— a lógica do desenvolvimento e da coesão social, que se traduz no binómio países ricos/países com menor desenvolvimento;

— a lógica político-institucional, que se traduz no binómio países grandes/países pequenos;

— a lógica de segurança e defesa, que se traduz no binómio atlantismo/europeísmo.

Portugal deve recusar um estatuto periférico. A vantagem do processo da globalização é a de constituir um meio seguro para pôr fim à situação de periferia, virando a geografia a nosso favor, como o souberam fazer os que lançaram a aventura das navegações. A presença nas sedes de decisão e a capacidade de influenciar as decisões minimizará os efeitos resultantes da dimensão do país, compensando a periferia geográfica com centralidade política e com a profundidade atlântica. Daí a nossa adesão, desde o início, a Schengen, a nossa integração no grupo fundador da moeda única, as nossas posições favoráveis à PESD, a nossa voz activa nas relações externas da União. Quase que diria que Portugal está condenado a participar em todos os núcleos duros que se cruzam na Europa, única forma de evitar que, em Bruxelas, outros falem por nós, outros decidam por nós.

Apesar de tudo isto, dos actuais Estados que compõem a União Portugal é o que apresenta maior vulnerabilidade aos efeitos do alargamento, de acordo com estudos realizados.

Em primeiro lugar, a entrada na União de países cujo produto é inferior ao português vai causar a descida do PIB médio *per capita* da União Europeia. Com o alargamento, o PIB *per capita* português vai passar a ser superior à média comunitária, daqui resultando aquilo que é designado por «enriquecimento estatístico» e que, na prática, irá retirar do Objectivo 1 do Fundo de Desenvolvimento Regional quer a Região Autónoma da Madeira, quer o Algarve.

As perspectivas financeiras até 2006, para os Quinze Estados-membros actuais, não são afectadas pelas novas

adesões, em consequência da separação, decidida no Conselho Europeu de Berlim e estabelecida no acordo interinstitucional sobre disciplina orçamental, entre as despesas a Quinze e as despesas de pré-adesão e de adesão. A partir de 2007, no quadro de novas perspectivas financeiras presumivelmente até 2013, todos os 25 Estados-membros irão concorrer em pé de igualdade aos mesmos Fundos Comunitários.

Na ausência de um reforço significativo dos meios a afectar às reformas estruturais e para a coesão, que é hoje o cenário mais provável, os fluxos financeiros tornar-se-ão mais escassos. Neste contexto, e considerando também, entre outros aspectos, a perda do estatuto de Objectivo 1 pelo menos para regiões como o Algarve ou a Madeira, o próximo Quadro Comunitário de Apoio poderá sofrer reduções drásticas. Avizinha-se, assim, um difícil processo negocial para o próximo quadro financeiro.

O Governo tudo fará para potenciar os argumentos a favor de Portugal e que passam, em grande medida, pelas implicações do alargamento no nosso país. Esperamos, aliás, poder contar com o apoio dos partidos políticos representados nesta Assembleia e, desde logo, com o Partido Socialista, para esta negociação que terá início porventura mais cedo do que apontava o calendário político de Bruxelas. Trata-se, com efeito, de uma negociação a levar a cabo no Conselho, junto da Comissão, mas também no Parlamento Europeu, no Conselho Económico e Social, no Comité das Regiões e também nas capitais dos Estados membros, pelo que assume uma importância acrescida a sensibilização política dos nossos parceiros.

No plano dos fluxos do investimento directo estrangeiro, Portugal, como país beneficiário, terá ainda de enfrentar uma concorrência aguerrida por parte dos novos Estados membros. Embora tenha atingido valores mais expressivos nos últimos cinco anos, o investimento directo estrangeiro português nos países deste alargamento representa uma percentagem muito escassa do nosso investimento total no estrangeiro. Por seu lado, o investimento directo estrangeiro dos países candidatos em Portugal não tem expressão.

Esta é, aliás, uma área que ocupa a Agência Portuguesa para o Investimento, criada pelo Governo no quadro dos mecanismos da nova diplomacia económica.

No plano comercial, os países candidatos estão melhor posicionados em termos geográficos relativamente aos grandes mercados europeus. A gama de produtos a sofrer maior pressão da concorrência por parte dos países candidatos são produtos sensíveis da nossa exportação para a União Europeia, já para não falar da concorrência no âmbito da liberalização no quadro da Organização Mundial do Comércio. Os países candidatos aparecem, assim, como substitutos naturais de Portugal no fornecimento de bens à União. Acresce que Portugal é o Estado membro que, à excepção da Irlanda, apresenta o menor volume de comércio bilateral com os países candidatos, sendo a sua balança comercial deficitária com todos eles menos com a Hungria.

Penso que a resposta a estes desafios passará por duas valências profundamente relacionadas e complementares: a vertente pública e a resposta privada.

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros cabe, em primeira linha, o papel de defender os interesses portugueses no exterior. Em sintonia com outros departamentos, nomeadamente o Ministério da Economia, deveremos velar por esses interesses em sectores prioritários para as nossas exportações, no âmbito da definição das posições da União Europeia, principalmente no domínio comercial e no quadro da OMC.

Por outro lado, no futuro enquadramento financeiro, e por via da alteração da estrutura do orçamento comunitário, importa zelar para que se disponibilizem fundos suficientes para as reformas estruturais e para a coesão em favor dos actuais Estados membros, evitando que o próximo Quadro Comunitário de Apoio sofra reduções drásticas, que não deixariam de afectar os apoios à reforma estrutural e à internacionalização do sector empresarial português.

A nossa estratégia deverá ser — tem de ser! — interventiva, buscando oportunidades nos países que farão parte do próximo alargamento, tentando obter parte das ajudas de pré-adesão e, mais tarde, dos fundos estruturais e de coesão, a par de uma recentragem nos objectivos de investimento e de exportações, para aproximar as nossas empresas de mercados finais ricos e vastos.

Por isso, as empresas portuguesas têm também um papel fundamental a desempenhar que complementará todo este trabalho de divulgação. Em primeiro lugar, é preciso que tenham presente as vantagens comparativas dos novos Estados-membros: são países em que a população activa tem um elevado nível de educação, ao qual correspondem baixos salários. Esta conjugação constitui um trunfo praticamente imbatível. Por outro lado, são países que têm demonstrado grande flexibilidade na adaptação a novos mercados. Assim, a resposta da economia portuguesa às novas pressões competitivas e concorrenciais deve ser dinâmica e proactiva, numa conjugação de esforços tendentes à convergência real e ao ajustamento estrutural. O padrão de especialização da economia portuguesa terá de sofrer alterações significativas, apostando fundamentalmente em mais inovação e mais incorporação tecnológica. As empresas portuguesas poderão beneficiar do aumento do comércio caso explorem os mercados dos países do alargamento. As oportunidades existem, há que agarrá-las com firmeza.

Tive oportunidade de afirmar, no princípio desta semana, no Seminário que organizei no Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a diplomacia económica, que este é um esforço colectivo de internacionalização da nossa economia e das nossas empresas que contribuirá para a ultrapassagem dos factores bloqueadores do nosso potencial de crescimento, acelerando o processo de convergência real e aumentando a qualidade de vida dos portugueses. Estou confiante de que as iniciativas públicas e privadas, em conjunto, permitirão a Portugal vencer mais este desafio que enfrentamos com o alargamento da União Europeia.

O alargamento decidido em Copenhaga não concluiu o movimento de integração europeia, e sobretudo deixou em aberto o relacionamento da União com os seus novos vizinhos.

À Turquia foi concedido um estatuto de expectativa até finais de 2004, quando serão avaliadas as condições para encetar negociações com Ancara. Parece-nos importante apoiar uma futura adesão da Turquia, já que a Europa não é nem pode ser vista como um projecto de cultura ou como um espaço de religião.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nas actuais circunstâncias, em que há factores que podem provocar clivagens entre cultos e civilizações, importa saber enviar mensagens coerentes que favoreçam os governos islâmicos moderados, respeitadores dos Direitos do Homem, das minorias, da liberdade de imprensa e dos valores democráticos. Desde que a prática política do novo governo turco coincida com o discurso que tem vindo a ser proferido pelos seus actuais responsá-

veis, nada obstará ao início das negociações após a avaliação a ser feita daqui a menos de dois anos.

A Leste, a Europa tem novos vizinhos — a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldávia e, noutra perspectiva, a própria Federação Russa. Estas novas fronteiras implicarão uma revisão do nosso relacionamento com esses países nos planos político e estratégico como nos domínios económico e social. Por isso, a Europa está ainda à procura de mecanismos que permitam uma desejável relação de cooperação alargada com estes novos vizinhos, cooperação que passará pelo diálogo político, por questões de segurança, por acordos de cooperação nos âmbitos económico e comercial, pelos aspectos sociais que impeçam uma emigração indiscriminada para o espaço europeu.

O alargamento preocupa, por outro lado, os países da margem sul do Mediterrâneo, especialmente o Magreb, que sentem o centro de decisão política da União Europeia afastar-se mais para Norte e mais para Leste. O Governo entende — e eu próprio tive oportunidade de, por diversas vezes, sublinhar isso nos Conselhos de Assuntos Gerais e de Relações Externas — que a fronteira do Sul deve merecer-nos tanta ou mais prioridade do que a do Leste. Importa, neste domínio, superar obstáculos temporários — como é o caso do não acordo de pescas com Marrocos — e evitar que o Processo de Barcelona e a cooperação entre as duas margens do Mediterrâneo fiquem reféns do conflito no Médio Oriente.

É fundamental encontrar novas fórmulas de relacionamento entre a União e os países da margem Sul — principalmente o Magreb — e novas dinâmicas que os levem a aproximar-se dos nossos padrões políticos e de desenvolvimento e progresso nos domínios económico e social. Desta forma se diminuiriam factores causadores de fluxos migratórios que poderiam gerar tensões, políticas e sociais, com aqueles países.

Também o diálogo entre a União Europeia e África (ou o da União, nas suas diversas formações, com a América Latina) deverá ser filtrado à luz do alargamento, que de uma ou outra forma irá influenciar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O alargamento da União Europeia não é assim apenas uma alteração institucional, económica ou geográfica. O alargamento também terá como consequência a necessidade de repensar todos os ângulos de relacionamento da Europa com as outras regiões do mundo, e isso pode constituir um valor acrescentado para Portugal. É para nós uma vantagem comparativa já que poderemos representar uma mais-valia nesse diálogo da Europa com o Magreb, com a África e com a América Latina.

Mas, no imediato e no quotidiano, temos de saber avaliar os impactos político, social e financeiro do alargamento nos novos equilíbrios de forças dentro da Europa, nos novos fluxos que irá gerar no plano das ideias, da reforma das instituições e na bissectriz que temos de saber traçar entre integração e diluição do projecto europeu.

O que todos queremos é criar condições para que Portugal saiba defender os seus interesses e aproveitar, da melhor forma, a nova conjuntura que temos pela frente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas inscreveram-se diversos membros do Parlamento, dispondo o Sr. Ministro de apenas 1 segundo para responder. Mas esse é um problema que há-de resolver-se, com certeza.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, queria dar-lhe os parabéns, as férias de Natal fizeram-lhe bem, uma vez que o discurso que o Sr. Ministro aqui proferiu hoje foi bastante mais interessante do que aquele que teve a diplomacia portuguesa no final da Cimeira de Copenhaga, no passado mês de Dezembro.

Lembro-me de que, na altura, o Governo português anunciou como uma enorme vitória diplomática o facto de ter incluído no documento final da Cimeira uma referência à especificidade da agricultura portuguesa, como se tal fosse proteger Portugal ou os agricultores portugueses dos impactos do alargamento da União Europeia a mais 10 Estados-membros, alargamento que vai alterar os critérios para atribuição de fundos de coesão e da própria Política Agrícola Comum.

Contudo, devo dizer que, nesta matéria, o Sr. Ministro teve um discurso que nos pareceu mais positivo do que foi essa anunciada «vitória» da diplomacia portuguesa.

Gostava de dizer-lhe que o Bloco de Esquerda sempre viu o alargamento da União Europeia a estes 10 países como positivo. No entanto, sempre adoptou uma posição crítica relativamente ao processo de negociação que foi estabelecido com estes países candidatos. Como sabemos, são países que têm níveis de vida bastante inferiores à média dos países europeus e que se encontravam, por isso, numa situação de dependência no processo negocial, no qual, aliás, foi imposto o acervo da legislação comunitárias bem como critérios e regras de gestão orçamental que, como sabemos, vão prejudicar o processo de convergência real e de aproximação dos padrões europeus destes países candidatos a Estados-membros.

Sr. Ministro, gostava de perguntar-lhe algo muito simples — penso, aliás, que esta é a questão que todos os portugueses colocam a partir do momento em que estes novos 10 Estados-membros passam a integrar a União Europeia. Neste momento, não vou discutir a reforma da arquitectura institucional da União Europeia, que será necessário empreender para que os processos de tomada de decisão e de legitimidade democrática sejam aprofundados na União Europeia, apenas gostava de perguntar o seguinte: com este orçamento comunitário, que é um orçamento «anão», como é que estes países — e também Portugal — que têm níveis de vida inferiores à média da União Europeia e que estão balizados pelos critérios de Maastricht e pelos objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, com as «amarras» desta ortodoxia monetarista da União Europeia, poderão fazer uma coesão social verdadeira e real?

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Moura.

O Sr. João Moura (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, este alargamento constitui um marco histórico na construção da União Europeia, porque não só reconcilia duas partes de um mesmo continente que um certo sectarismo ideológico e político conseguiu dividir como, também, é o maior alargamento de sempre na história da União Europeia, com a quase duplicação dos Estados-membros. Há, portanto, um aumento de cerca de 34% do seu território e de 30% da sua população.

A maioria dos países que vai aderir à União Europeia é mais pobre do que Portugal, mas este facto, por si só, não faz do nosso país um país mais rico. É, portanto, ne-

cessário que o processo de recuperação económica e social de Portugal continue como se tem vindo a verificar com o actual Governo. São exemplos disso a criação da API, para cativar e promover investimento estrangeiro, e a grande aposta que se tem feito ao nível da diplomacia económica.

Como dizia o Sr. Ministro na intervenção que proferiu, as oportunidades existem e eu questiono: a que oportunidades se refere ao nível desta diplomacia económica e o que é possível Portugal fazer para conseguir mais fundos comunitários? Em segundo lugar, quando virá à Assembleia da República o pedido de autorização para ratificação dos tratados respeitantes a cada um dos países?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, como sabe, o Conselho Europeu de Copenhaga fechou as negociações para a adesão de novos países à União Europeia. Isto é, Copenhaga limitou-se a aprovar as condições financeiras que vão enquadrar a integração desses novos membros.

Ora, analisemos os resultados para este primeiro alargamento.

Os recursos financeiros aprovados em Copenhaga são inferiores àqueles que tinham sido aprovados em Berlim, na Agenda 2000, e também a proposta aprovada em Copenhaga vai abranger 10 países quando em Berlim, na Agenda 2000, os recursos financeiros propostos abrangiam apenas seis candidatos. Sr. Ministro, cabe fazer aqui uma primeira pergunta, que não tem a ver necessariamente com o nosso país, apesar do discurso redundante e um pouco abrangente de V. Ex.^a, numa tentativa de envolver toda a gente. Vamos, portanto, dizia, distribuir menos recursos financeiros por mais países.

Ora, onde está a tão propagandeada solidariedade com os países candidatos do ponto de vista financeiro? Que preocupações de coesão interna houve em Copenhaga para com os povos e os países que legitimamente pretendem aderir à União Europeia?

Dir-se-á, Sr. Ministro, que a proposta devia ser boa, porque os 10 candidatos, afinal, aceitaram-na. Assim parece, Sr. Ministro. Mas permita-me dizer que, no fundo, parece mas não é! Creio que é possível dizer que eles não aceitaram, antes foram obrigados a aceitar. Toda a gente percebeu que é muito pouco séria uma proposta, uma dita negociação que, no fundo, decorre com a ameaça, com o cutelo de que «ou é isto ou não é nada; ou é pegar ou largar; ou aceitam estas condições ou não há alargamentos!» Cabe perguntar, Sr. Ministro, se a considera uma verdadeira negociação ou uma espécie de coacção.

Por outro lado, quanto aos actuais membros, isto é, quanto a Portugal, quais são os impactos e as consequências? Que estudos tem a Comissão Europeia quando reconhece que nunca fez qualquer estudo para Portugal?! Que estudos de impacto dispõe Portugal para avaliar, sector a sector, as consequências no emprego, as consequências sociais e económicas no País?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Permita-me que conclua, Sr. Presidente.

Sendo verdade que ninguém conhece a verdadeira dimensão das consequências para Portugal, sendo verdade que se diz que Portugal pode ser o país mais prejudicado com as condições deste alargamento, como se compreen-

de que o Governo português e o Conselho tenham aceitado passar um «cheque em branco» e encerrar negociações em Copenhaga, no passado mês de Dezembro, Sr. Ministro?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, as nossas saudações. Ouvimos com todo o interesse a intervenção que aqui nos trouxe relativamente a um tema que constitui um desafio não apenas para toda a União Europeia como, em particular, para Portugal.

Naturalmente, estamos a construir — agora, a 25 — um espaço de paz e de segurança, antes de mais; em segundo lugar, um quadro de desenvolvimento durável e equitativo e, em terceiro lugar, um espaço de diversidade e de complementaridade entre os diferentes membros, entre as diferentes culturas que eles representam.

A questão que gostaria de colocar-lhe, Sr. Ministro, tem a ver com os desafios exigentes perante os quais nos encontramos. Antes de mais, o Sr. Ministro referiu aqui a geometria variável, que é algo que hoje não pode deixar de ser equacionado e, nesse sentido, gostaria de o ouvir sobre o futuro do método das cooperações reforçadas. Penso que esta é uma questão que ganha uma nova actualidade e, assim sendo, é indispensável conhecermos exactamente como é que as cooperações reforçadas são encarradas, designadamente tendo em consideração objectivos de coesão económica e social e objectivos de defesa e salvaguarda dos interesses comuns.

Por último, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, também gostaria de o ouvir falar sobre as consequências deste alargamento em termos da concretização dos objectivos da estratégia de Lisboa, definida em Março de 2000. É indispensável percebermos que o orçamento comunitário tem recursos que são manifestamente insuficientes — sabemos-lo bem —, mas temos de, com realismo e com passos seguros, encarar essa mesma questão, promovendo a harmonização entre a defesa dos interesses comuns e, simultaneamente, a salvaguarda da coesão social com base nos objectivos que foram definidos em Lisboa, em Março de 2000, e aos quais estamos muito directamente ligados.

O Sr. António José Seguro (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Finalmente, também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, V. Ex.^a falou na defesa dos interesses nacionais na intervenção que fez. É natural que o faça, mas gostaria de saber, em concreto, o que foi feito em defesa dos interesses nacionais em relação à agricultura.

Como já aqui foi dito pelo meu camarada Honório Novo, o Conselho Europeu de Copenhaga, com o alargamento da União Europeia a mais 10 países, naturalmente «congelou» as verbas conducentes aos apoios à agricultura. Portugal, que é um dos países da União Europeia que menos verbas recebe para a agricultura, enfrenta dificuldades nessa área e, com a revisão da PAC que se avizi-

nha, no meu entender, ainda vai ser pior a emenda do que o soneto!

No Conselho Europeu de Copenhaga foi colocada uma questão, pelo Sr. Primeiro-Ministro, em relação à especificidade da agricultura portuguesa e, então, foi dito que tal se traduziria num ganho significativo para a agricultura portuguesa, uma vez que a União Europeia se iria debruçar sobre a sua especificidade.

Conhecemos, naturalmente, aquilo que foi dito a seguir pelo Sr. Comissário Franz Fischler, que sobre a especificidade da agricultura portuguesa já muito tinha sido dito na União Europeia e, portanto, que já havia muitos relatórios sobre esta matéria. Assim, queria perguntar-lhe, concretamente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, qual é a posição de Portugal face à situação clara que é referida pelo Comissário Fischler e a carta que foi enviada recentemente pelo Sr. Ministro da Agricultura ao Sr. Comissário, para que o relatório seja feito o mais rapidamente possível.

Queria ainda perguntar-lhe qual é a posição de Portugal se, neste decurso, até à Cimeira de Abril, na Grécia, aquando dos tratados de adesão, não houver uma posição clara de apoio à agricultura portuguesa, indo ao encontro da especificidade da nossa agricultura. Vai vetar esses tratados? O que é que vai fazer, em concreto e na prática, para protecção da agricultura portuguesa?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em tempo que lhe foi cedido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, vou responder, em primeiro lugar, à Sr.^a Deputada Ana Drago, procurando ser muito sintético.

A Sr.^a Deputada referiu-se, concretamente, a como é que os países do alargamento vão poder respeitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento e cumprir os critérios de Maastricht. Sr.^a Deputada, eles estão sujeitos a disciplina orçamental, pelo facto de terem aderido e de terem aceite, como é obrigatório, o acervo comunitário. Simplesmente, como sabe, Sr.^a Deputada, não estando no euro, eles não são obrigados a respeitar nem os critérios de Maastricht nem o Pacto de Estabilidade e Crescimento; o que têm de respeitar é a disciplina orçamental que lhes é imposta, obviamente, pelo *acquis* comunitário, não tendo que respeitar os critérios de Maastricht, porque estes se aplicam exclusivamente a 11 países.

Quanto à pergunta colocada pelo Sr. Deputado João Moura, creio que os aspectos relativos à diplomacia económica foram extensamente abordados esta semana, no seminário que houve, e os novos mecanismos foram explicados. Perguntou como é que poderá ser feita a defesa dos fundos comunitários. Sr. Deputado, penso que me referi a este assunto na intervenção que fiz, mas repito que a negociação para o quadro financeiro e as perspectivas financeiras para 2007, que presumivelmente chegarão até 2013, vai ser uma negociação muito difícil. E vai ser uma negociação difícil pelo seguinte: não creio que aumentem os recursos financeiros de que vão dispor os Estados membros da União Europeia, pelo menos em proporção ao alargamento que se verificou — penso que não devemos ter muitas ilusões neste aspecto. Portanto, o cenário que se afigura, ou o cenário que temos presente no momento, será o de ter de distribuir o mesmo pacote financeiro por mais 10 Estados membros.

É evidente que isto poderá não ser exactamente assim, porque as negociações ainda não começaram, nem de um

ponto de vista formal nem de um ponto de vista comunitário; o que já começou, isso sim, quer da nossa parte quer da parte de outros Estados membros, os chamados países da coesão, concretamente a Grécia, a Espanha e a Irlanda, foi a sensibilização dos nossos parceiros comunitários, dos actuais, sobretudo dos maiores contribuintes, para o facto de as ajudas estruturais serem ainda necessárias ao nosso desenvolvimento. Mas vai ser, Sr. Deputado, uma negociação bastante difícil.

Perguntou também quando virá à Assembleia da República a ratificação do tratado. As informações que temos são as seguintes: os tratados de adesão serão assinados, na Grécia, em meados do mês de Abril; seguir-se-ão referendos em todos os 10 países da adesão; depois desses referendos, que estarão presumivelmente concluídos até ao final deste ano ou em princípio do próximo ano, os tratados de adesão serão ratificados pelos parlamentos desses países e penso que, a partir daí, estarão disponíveis para serem considerados e avaliados por esta Assembleia e ratificados. O processo, idealmente, poderia estar concluído por forma a permitir que os cidadãos dos 10 novos Estados membros já pudessem concorrer às eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 2004.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Honório Novo, Sr. Deputado, penso que os países aderiram porque quiseram aderir — não tenhamos sobre isso dúvida nenhuma! As condições que lhes foram impostas, Sr. Deputado, foram condições políticas, as mesmas que foram impostas a Portugal durante as negociações de adesão, ou seja, respeitar o acervo comunitário.

Aliás, Sr. Deputado, não se referiu a isso mas eles não foram obrigados a aceitar disponibilidades financeiras. Mais, estes países têm-nos dito, tal como sucedeu a Portugal, que até têm dificuldades em absorver as ajudas estruturais. Isto porque, como o Sr. Deputado sabe (é uma questão de contabilidade), os Estados recebem uma percentagem para projectos concretos, a título de ajudas estruturais, e têm de, nesses projectos, colocar uma parte de orçamento nacional. Portanto, há uma diferença contabilística no primeiro ano, às vezes até no segundo, e esses Estados estão particularmente preocupados com a sua capacidade orçamental de absorver, no primeiro e no segundo ano, as ajudas comunitárias.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo já se esgotou. Beneficia de mais 2 minutos cedido pelo CDS-PP, mas peço-lhe que seja mais breve, se quer responder a todas as perguntas.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Quanto aos estudos sobre o impacto do alargamento, como tive ocasião de referir na Comissão, há cerca de um mês, o Governo encontrou preparados três estudos — aliás, tive oportunidade de referir isso numa carta que dirigi à Sr.^a Deputada Elisa Ferreira —, um sobre a economia portuguesa e o alargamento da União Europeia, outro sobre a próxima reforma das políticas estruturais e a competitividade territorial e outro ainda sobre a coesão económica e social. Estes três estudos foram atribuídos a consórcios que se apresentaram a concurso e estão neste momento em curso, pelo que esperamos que possam ser apresentados no mais curto espaço de tempo e conforme as condições acordadas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Mas, Sr. Ministro, é antes de Abril que vão apresentar os estudos?

O **Orador**: — Sr. Deputado, não tenho aqui o contrato mas depois posso dar-lhe essa informação; neste momento, não tenho ideia nenhuma, mas é segundo as condições contratuais.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Ministro, é só para saber se vêm em tempo útil.

O **Orador**: — Vêm, com certeza, em tempo útil. Diz-me agora o Sr. Secretário de Estado que será antes de Abril.

Quanto à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, penso que a cooperação reforçada, como o Sr. Deputado sabe, é um método aberto, e queremos que não seja um método para isolar países mas para os manter. Portanto, penso que Portugal tem interesse, dentro da análise em geometria variável que costumamos fazer, em participar nas cooperações reforçadas possíveis, tal como Portugal participa, como o Sr. Deputado sabe, em todos os núcleos duros que existem até agora na União Europeia e que se expressam, sobretudo, no Acordo de Schengen e no euro.

Quanto aos objectivos da estratégia de Lisboa, como o Sr. Deputado sabe, são extremamente importantes para o País; a avaliação vai ser realizada no próximo Conselho Europeu da Primavera, em Março deste ano, e aí, penso eu, já se começará a fazer uma avaliação do seu impacto junto dos países candidatos. Os países candidatos, tanto quanto sabemos, têm todo o interesse neste estudo.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Rodeia Machado, gostava de lhe dizer apenas que o Sr. Ministro da Agricultura virá na próxima terça-feira à Comissão de Agricultura e responderá às suas perguntas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PCP: — Ah!

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Não me comprometam!

O Sr. **Rodeia Machado** (PCP): — A nova diplomacia económica não abrange a agricultura?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa é boa!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde sempre, o PCP expressou a necessidade de o País se preparar para as consequências e os impactos do alargamento. Durante anos, reclamámos, aqui e noutros fóruns, dos sucessivos governos, a urgência de serem realizados (ou encomendados) estudos rigorosos e fiáveis sobre as consequências económicas e sociais para Portugal decorrentes dos previsíveis e sucessivos processos de alargamento que a União Europeia está e irá continuar a sofrer.

Apesar das insistências recorrentes do PCP, a verdade é que apenas, por exemplo, nas grandes Opções do Plano para 2002, pela primeira vez, se reconhecia a necessidade de proceder a essas avaliações. Mas a triste realidade — confirmada, aliás, agora pelo Sr. Ministro — é que o Governo português acaba por deixar chegar o País ao Conselho Europeu de Copenhaga sem conhecer em profundidade, e com rigor, a situação, sem dispor de nenhum estudo (sublinho, de nenhum estudo!), próprio ou comunitário, de avaliação dos impactos do alargamento em Portugal.

Em Novembro de 2002, um mês antes de serem fechadas as negociações de adesão com mais 10 países, a Comissão Europeia reconhecia publicamente que não tinha feito nenhum estudo relativo aos impactos do alargamento para Portugal.

Em Dezembro de 2002 — já depois de Copenhaga —, o Governo português reconhece, pela voz do Sr. Ministro, confirmada agora, que o Governo tinha finalmente decidido avançar com um concurso para a realização de avaliações do impacto do alargamento em Portugal. Custa a acreditar que sendo verdade que ninguém, ao nível do Governo e ao nível comunitário, conhece a verdadeira dimensão dos impactos do alargamento em Portugal, sendo verdade que, ao que dizem observadores e análises privadas, Portugal pode ser o país mais prejudicado, custa a acreditar (custa a acreditar, sublinho e repito) que, sendo tudo isto verdade, o Governo Português tenha permitido o encerramento das negociações em Copenhaga.

Mas a verdade é que o Governo português não só o permitiu como aprovou com o seu voto o encerramento dessas negociações sem saber com rigor quais os impactos económicos e sociais desta decisão para o País. Uma decisão deste tipo, tão séria e complexa como a de determinar as condições que vão enquadrar a integração de 10 novos países na União Europeia, exigia uma atitude menos voluntarista, exigia uma postura mais responsável na defesa dos interesses específicos de Portugal e na defesa, em especial, sublinho, dos princípios de coesão económica interna que deveriam presidir, de forma absoluta e inquestionável, a uma futura União Europeia com 25 membros.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mas se a análise, sector a sector, no emprego, dos impactos do alargamento é uma quase miragem, a verdade é que o debate e a discussão sobre o tema também não existiu e continua a não existir. E se não fosse a iniciativa do PCP a solicitar este debate — proposta que fizemos antes de Copenhaga e a que, depois, se associou o próprio Governo —, o País continuaria arredado de uma discussão política sobre os impactos do alargamento.

Era, e continua a ser, responsabilidade do Governo, dos sucessivos governos, ter promovido uma discussão alargada sobre o alargamento. Não admira, por isso, que 83% dos portugueses se sintam pouco ou nada informados sobre o tema do alargamento e, sobretudo, que estejam largamente pessimistas quanto às suas consequências económicas e sociais.

O Governo, aliás, os sucessivos governos não só não promoveram o debate como, inclusivamente, furtaram à Assembleia da República, e designadamente o último governo, elementos de reflexão que poderiam ter suscitado a discussão. E, sublinho, até haveria material para isso, já que a *Reflexão sobre o Alargamento da União Europeia* (documento elaborado, em Junho de 2002, pela Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, do Ministério da Economia) tornava claro que «Portugal podia ser o Estado-membro mais penalizado com o alargamento», tal como também anunciava o mesmo documento que «factores estruturais relativos à qualificação dos activos e da população penalizam fortemente Portugal», ou como igualmente propunha essa mesma *Reflexão sobre o Alargamento da União Europeia*, ou melhor, confirmava, a «forte penalização que grande parte do nosso tecido produtivo português está e vai continuar a sofrer com a concorrência dos futuros Estados-membros, bem como na sequência da liberalização no quadro da Organização Mundial do Comércio».

Pois apesar deste documento de reflexão existir e constituir um elemento susceptível de fomentar controvérsia e

de, naturalmente, poder gerar a necessidade de construir propostas de minimização ou de contenção de problemas, a verdade é que o Governo nem sequer à Assembleia da República remeteu este *dossier*. Isto não poderia nem de-veria ter acontecido!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Torna-se claro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e cada vez mais nítido que, ao arrepio do que qualquer lógica de coesão aconselharia, se pretende fazer o alargamento, designadamente depois de 2006, sem alterar as perspectivas financeiras em que se baseia o orçamento comunitário.

A «manta», já pequena para os actuais Estados-membros, vai ter que dar para cobrir uma «cama» maior. Só que isto é naturalmente impossível. É a chamada quadratura do círculo! E Portugal, ao contrário do que o Sr. Ministro acaba de dizer neste debate, não pode aceitar que isto aconteça.

Por isso se exige que, daqui em diante, desde já, o Governo se responsabilize perante esta Câmara e perante o País em, pelo menos, duas direcções de trabalho. Por um lado, deverá exigir a definição de um orçamento comunitário superior, para que possa responder às novas necessidades globais da União Europeia. Por outro lado, deverá impedir que as ajudas comunitárias — designadamente os fundos estruturais — sejam significativamente diminuídas para Portugal e para os actuais Estados da coesão, depois de 2006.

Neste debate de interesse nacional, o PCP estará fortemente empenhado, na certeza, porém, de que o vai balizar estritamente pela defesa dos interesses do País e pela defesa da coesão económica e social na União Europeia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O recente Conselho Europeu de Copenhaga concluiu as negociações para enquadrar a integração de 10 novos países na União Europeia.

Para o PCP, o alargamento da União Europeia, como processo político decorrente do livre exercício da soberania dos países candidatos, constitui uma opção inteiramente legítima que não nos merece reservas. Só que não foi nada disto que Copenhaga discutiu e aprovou. Em Copenhaga apenas se aprovaram as condições financeiras em que vai decorrer a integração de 10 novos membros da União Europeia, e sobre as condições acordadas subsistem enormes dúvidas e profundos desacordos da nossa parte.

As decisões de Copenhaga mostram que os recursos financeiros disponibilizados para integrar os novos membros são irrisórios, totalmente insuficientes, confirmando a vontade dos países economicamente mais poderosos da actual União de fazerem o alargamento sem disponibilizar um único euro a mais para o financiar.

No fundo, Copenhaga confirma de forma substancial que os recursos financeiros para enquadrar o alargamento serão desviados dos actuais Estados-membros, designadamente dos Estados-membros do chamado bloco da coesão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os recursos financeiros aprovados em Copenhaga são globalmente inferiores aos aprovados em Berlim, na Agenda 2000, para fazer face ao alargamento. Além disso, destinam-se a abranger 10 países, quando em Berlim, na Agenda 2000, eram apenas seis os candidatos.

Isto é, Copenhaga decidiu fechar as negociações com menores recursos financeiros a distribuir por mais países. Copenhaga decidiu, por exemplo, atribuir aos países candidatos ajudas agrícolas que não ultrapassam a «migalha», isto é, 25% dos valores que recebem os agricultores dos actuais Estados-membros, ainda por cima num contexto em que tinha já sido congelado o orçamento agrícola global, aliás, decisão antes tomada com o voto favorável do Governo português, o que mostra bem a hipocrisia das arremetidas e das ameaças que foram proferidas nas vésperas do Conselho Europeu que encerrou a Presidência Dinamarquesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os recursos financeiros destinados aos 10 candidatos a integrar na União Europeia a partir de Maio de 2004 mostram bem a ausência real de vontade de definir quadros de solidariedade para com os povos desses países, tal como confirmam que não houve nem há quaisquer preocupações de estabelecer níveis elevados de coesão interna numa futura União a 25.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dir-se-á que as dúvidas e os desacordos do PCP serão infundados, pois a verdade é que os 10 candidatos acabaram por aceitar a proposta que lhes foi feita em Copenhaga. Assim parece, mas na verdade, e apesar de tudo o que diz o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim não é!

A ideia que Copenhaga transmitiu é que os 10 candidatos foram, pelo contrário, obrigados a aceitar a chamada «generosa» proposta que lhes foi, de facto, imposta.

Na verdade, quando nas negociações de Copenhaga se faz sentir (e se divulga) que ou os candidatos aceitam aqueles recursos financeiros ou não haverá alargamento; quando se faz constar e se ameaça com a máxima de «é pegar ou largar»; quando, de facto, se estão a impor condições mais ou menos humilhantes, estão completamente comprometidas as condições democráticas básicas para uma verdadeira negociação feita em condições reais de paridade e de igualdade.

A negociação de Copenhaga deu mais a impressão de ser um acto de coacção e de imposição do que uma cimeira de autênticas negociações entre pares e iguais.

O PCP considera que não se pode aceitar, do ponto de vista da ética e do ponto de vista da solidariedade entre os povos, que possa ser considerado como bom para outros aquilo que não aceitaríamos como bom para nós. Foi isto que Copenhaga fez e foi isto que Copenhaga decidiu!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A cadência deste debate parece-nos, primeiro que tudo, a necessidade de dar mais projecção ao debate democrático sobre as questões europeias, combatendo a falta de informação e a indiferença.

Em segundo lugar, o facto de se iniciar hoje a presidência grega da União Europeia dá simbolismo a este debate, num momento histórico que culminará com a realização de cerimónia pública de adesão dos novos países, a realizar na Acrópole a 16 de Abril, sendo o momento mais alto e simbólico da presidência grega e, seguramente, um dos mais importantes e simbólicos da história da Europa.

Em terceiro e último lugar, o Mercado Único Europeu fez 10 anos no dia 1 de Janeiro de 2003. A ideia foi inscrita no Tratado de Roma, assinado em Abril de 1957, mas a sua concretização só se verificou nesta data, tendo criado condições para a convergência dos preços, a circulação de capitais e as fusões empresariais transfronteiriças.

O alargamento marca um momento histórico para a União, não apenas pela entrada dos novos membros, o que a tornará mais forte e com maior relevância na cena internacional, mas porque em memória do impulso fundador da construção comunitária, este processo de reunificação da Europa é o maior contributo para a paz no nosso continente. Com efeito, o actual alargamento trará mais paz, mais democracia, mais segurança, maior estabilidade e prosperidade para a Europa no seu todo, ao trazer estes novos países para um espaço de democracia multipartidária, de economia de mercado aberta e de respeito pelos direitos humanos.

Para além do dever de solidariedade para com estes países da Europa, fortalece-se como potência, assumindo-se como alternativa que evita a unipolaridade perigosa actual da hegemonia dos EUA. O geopolítico americano Charles Kupchan diz que a hegemonia americana tem menos futuro do que parece e que quem a vai desafiar não é a China nem o mundo islâmico, antes a Europa, a nova potência emergente na cena mundial.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quanto mais não fosse, razões de paralelismo histórico entre Portugal e os países do centro e leste da Europa levariam a que não pudéssemos deixar de apoiar o alargamento; não teríamos autoridade moral perante a história.

Em 1976, quando o Dr. Mário Soares, com o empenhamento activo do Dr. Sá Carneiro e inclusivamente do Dr. Freitas do Amaral, solicitou a adesão à Comunidade, não estávamos em condições de poder entrar, não cumpríamos critérios económicos, de estabilidade política e não estávamos num Estado de direito — recorde-se que ainda estava em funções o Conselho da Revolução.

Nessa altura, a Europa não nos ignorou e não nos rejeitou e, com as ajudas de pré adesão e o processo de integração, ajudou a consolidar a democracia em Portugal. Também a maior parte dos países candidatos saíram de ditaduras, querem consolidar as suas instituições democráticas, assegurar o desenvolvimento económico e o progresso dos seus povos. Portanto, em nome da solidariedade, temos que dizer «sejam bem-vindos».

É também verdade que a Europa viu todos os seus equilíbrios abalados numa dúzia de anos: o comunismo morreu, a União Soviética desmoronou-se, a Rússia perdeu protagonismo, a Alemanha uniu-se, a ex-Jugoslávia foi palco de uma guerra sangrenta, o euro substituiu em 12 países as moedas nacionais e o alargamento encerra mais um capítulo de forte mudança.

Alguns indicadores recentemente divulgados sublinham a importância do mercado interno da União: a criação de 2,5 milhões de novos postos de trabalho desde a abertura das fronteiras, em 1 de Janeiro de 1993; o facto de o PIB da União Europeia em 2002 ser 1,8% mais elevado, equivalendo a 164,5 mil milhões de euros, do que seria sem o mercado interno; criou-se uma prosperidade suplementar de 877 milhões de euros, que são, aliás, indicadores constantes do documento da Comissão intitulado *O Mercado Interno, Dez Anos sem Fronteiras*.

As empresas estão a explorar novas oportunidades de mercado noutros Estados-membros, existem preços que convergiram para níveis mais baixos, milhões de pessoas atravessaram as fronteiras para trabalhar em sectores di-

versificados, como a saúde e as tecnologias de informação, e o mercado interno foi alargado a novos sectores, tornando-se mais competitivo, aumentando-se a concorrência, quer externa quer interna.

Os europeus podem viver, estudar, viverem reformados ou trabalharem naquele que é considerado o maior mercado sem fronteiras do mundo.

Também o aumento do mercado de consumidores transformará a União no terceiro conjunto mais populoso do mundo, crescendo de 378 para 453 milhões de habitantes (16,5%), logo a seguir à China e à Índia, transformando-se também na maior potência comercial do mundo.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mesmo que estes factores não fossem convincentes, estamos todos de acordo em que este alargamento, para além de um grande momento histórico, é o maior mas também o mais complexo.

Há claramente contradições, como facto de a população crescer 30% e o PIB só crescer 5%; há contradição entre o número de pessoas e a criação de riqueza, e se entrarmos em linha de conta com o rendimento médio *per capita* dos oito mais pobres que entram veremos que ele é equivalente a 40% da média comunitária. O PIB vai de 24% da média da União Europeia na Bulgária até 71% na Eslovénia; os baixos salários são um traço comum, bem como os baixos níveis de produtividade. Em contrapartida, existem altos níveis de qualificações, pois de 70% a 86% da população entre os 25 e 65 anos tem pelo menos o ensino secundário completo, contra a média da OCDE, que é, de 62%.

Há, no entanto, dificuldades que os portugueses não podem ignorar.

Os produtos tradicionais continuam a ter um peso expressivo nas exportações portuguesas, mas em queda, com excepção do calçado. Os países candidatos aparecem como substitutos naturais de Portugal no abastecimento da União Europeia de produtos tradicionais da exportação nacional. Quanto aos produtos de maior procura da parte dos nossos parceiros mais desenvolvidos, houve até um acréscimo.

Diria que Portugal esgotou o seu modelo de desenvolvimento e tem de partir para novos desafios. Independentemente, por exemplo, da indústria automóvel, temos de partir para outras áreas, como medicamentos, perfumaria, tratamento de dados, conteúdos, circuitos integrados, indústria aeroespacial, etc. As empresas portuguesas terão de evoluir para sectores mais rentáveis e competitivos da cadeia de valor.

O importante é manter as regras de concorrência e algum nível razoável de fundos estruturais para além de 2006, defendidas por Portugal no processo de adesão. Está em causa a coesão económica e social da União Europeia e o facto de Portugal poder ficar ainda mais periférico com o alargamento. É fundamental assegurar o acesso à aquisição de energia através de infra-estruturas adequadas.

Em termos de investimento directo estrangeiro, Portugal será confrontado com a concorrência dos países do alargamento, sobretudo em sectores que têm muita importância para Portugal como o automóvel, com alto valor acrescentado e com incorporação de tecnologias. Aí temos, fundamentalmente, três concorrentes de peso: a Polónia, a República Checa e a Hungria, por sinal, países com os quais Portugal tem mais trocas comerciais e onde tem investido mais.

Face à dimensão das empresas portuguesas, é fundamental que se estabeleçam parcerias que promovam o investimento e a colocação de produtos não só nestes países mas noutros mercados, designadamente aqueles em que as

comunidades portuguesas têm grande expressão e aqueles com quem Portugal tem relações privilegiadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este esforço não pode ser voluntarista, mas planeado e concertado.

É fundamental criar redes de cooperação efectivas, acções de apoio à internacionalização de sectores como a construção civil, distribuição e turismo, bem como o sector automóvel, moldes e cristalaria, sem esquecer uma política de acesso ao crédito por parte das empresas.

Fundamental também é a criação de redes de contactos com os vários intervenientes, de que é um bom exemplo a criação recente da Agência Portuguesa para o Investimento, e o posicionamento de pessoas junto das administrações dos novos países, para que a informação chegue em primeira mão e nos permita posicionar-nos.

A aposta do Governo na diplomacia económica, pondo os embaixadores portugueses a fazerem planos de negócios anuais, com objectivos para as exportações, turismo e comércio externo, é uma claramente uma excelente resposta. Também as prioridades definidas o são ao privilegiarem o mercado Europeu, com 85% das exportações portuguesas, alargado a dois dos novos estados membros, Polónia e Hungria, por se tratarem de centros de distribuição de interesses comerciais naquela região. Também a criação e funcionamento da Agência Portuguesa para o Investimento, para captar investimento directo estrangeiro, o será, em directa articulação com os embaixadores.

Sr. Presidente Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A par das diferentes reformas estruturais em curso, Portugal responde, com este Governo, a estes novos desafios numa lógica positiva e assumindo as suas responsabilidades, criando condições para atrair investimento.

Portugal quer ver diminuído o fosso que o separa dos países mais ricos da União. Está no grupo da coesão e continuará a precisar de ajuda especial. O objectivo da coesão económica e social está consagrado no Tratado da União Europeia e é para cumprir.

A aproximação aos primeiros tem de continuar a ser primordial. O esforço de coesão tem de continuar a existir, independentemente da entrada dos novos países, porque o alargamento não pode ser feito à custa dos mais pobres. Há países que vão ganhar mais com o alargamento do mercado, como tal devem pagar mais.

Há que aplicar o princípio da solidariedade e da equidade e garantir que o princípio da solidariedade de Maastricht funciona e não podem ser países como Portugal a suportar o alargamento. É necessário manter o apoio de convergência real, mas o nosso esforço de investimento não pode afrouxar, designadamente no aumento das condições de competitividade, aumento da produtividade, qualificação dos recursos e instituições, melhoria das infra-estruturas e das acessibilidades.

As vantagens competitivas dos países e das economias baseiam-se cada vez mais na qualificação dos seus recursos humanos, pelo que teremos de incrementar esta aposta, sob pena de falharmos todos os outros objectivos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito aos trabalhos da Convenção e à próxima Conferência Intergovernamental, os novos Estados-membros, à excepção da Polónia, são de dimensão igual ou menor que Portugal, e com certeza defenderão princípios idênticos, designadamente o princípio

da igualdade entre Estados, e procurarão também salvaguardar a identidade nacional.

É preciso pôr de pé uma União política, com instituições que a representem e falem a uma só voz, com política externa e de defesa comuns, com um tratado constitucional consensual, onde a Carta dos Direitos Fundamentais seja incluída, com uma maior participação dos cidadãos.

Do ponto de vista institucional, queremos uma Europa mais eficaz, com mecanismos de decisão mais simplificados, mas não queremos que Portugal perca espaço de manobra para a defesa dos seus interesses essenciais.

Do ponto de vista institucional, queremos uma Europa mais eficaz, com mecanismos de decisão mais simplificados, mas não queremos que Portugal perca espaço de manobra para a defesa dos seus interesses essenciais.

Faço votos para que a CIG que discutir as alterações ao Tratado não reedite o conflito indesejável, que foi evidente na Cimeira de Nice, entre os grandes e os pequenos Estados-membros.

Há, por último, e para terminar, que combater o défice de participação democrática. Há um afastamento crescente dos cidadãos face às questões europeias, e as eleições para o Parlamento Europeu, com as suas elevadas taxas de abstenção, são um bom exemplo. Como é evidente, cada vez mais, a vida dos cidadãos é afectada por decisões tomadas no seio da Comunidade. É importante que unamos esforços no sentido de combater este problema.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Henriques, se bem entendi, declarou que, em 1976, Portugal não era um Estado de direito. Gostaria de repudiar veementemente esta afirmação por dois motivos: primeiro, porque fiz parte do I Governo Constitucional e não teria feito parte de qualquer governo sem ser num regime de direito democrático; segundo, porque quer a Comissão Europeia quer o Conselho de Ministros da Comunidade Europeia nunca colocaram qualquer obstáculo ao pedido de adesão de Portugal por motivos do seu regime político e da sua Constituição.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Medeiros Ferreira, agradeço a questão que me coloca.

Entendi relevar a questão do pedido de adesão de Portugal porque penso que o princípio da solidariedade entre Portugal e os novos países que vão aderir é fundamental, e era importante fazer o enfoque até pelo envolvimento que a sociedade civil e a sociedade política, na altura, tiveram no processo de adesão de Portugal.

O que é facto é que Portugal ainda não era, claramente, nesse momento, um Estado de direito democrático em toda a sua essência, e foi isso que eu quis afirmar na minha intervenção. Por isso, mantenho plenamente essa afirmação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Há, portanto, uma diferença de pontos de vista sobre essa matéria.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por cumprimentar todos, alargando os meus cumprimentos aos Srs. Representantes da Missão da União Europeia em Portugal e da Embaixada dos Estados Unidos da América em Portugal, que quiseram estar connosco neste debate.

Não é novidade para ninguém que, em nome do Partido Socialista, deixe aqui a expressão do nosso sentimento e do nosso aplauso em relação a este quarto alargamento da União Europeia, não só porque ele sempre fez parte do nosso projecto político, da visão da Europa que entendemos dever existir, como também trabalhamos para ele, quer na oposição, quer nos momentos em que fomos governo, em particular nos últimos seis anos de governação.

A Sr.^a **Maria Santos (PS)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Este quarto alargamento, como qualquer alargamento da União Europeia, constitui mais uma pedra no edifício da prosperidade, do desenvolvimento, do progresso, da estabilidade e da paz que queremos para o continente europeu, tratando-se de um alargamento com singularidades.

Em primeiro lugar, trata-se, como já aqui foi referido, do alargamento com maior número de Estados-membros. No que lhe está mais próximo apenas aderiram três Estados-membros, mas neste aderiram 10, o que coloca desafios de vária natureza à própria União Europeia.

Em segundo lugar, trata-se de um alargamento em que, pela primeira vez, países que faziam parte do chamado espaço comunista aderem à União Europeia.

O Sr. **Honório Novo (PCP)**: — Não era «chamado», era mesmo!

O **Orador**: — A terceira singularidade, que diz muito respeito a Portugal, é a de que, pela primeira vez desde que o nosso país está na União Europeia, entra um conjunto de Estados-membros que têm índices de desenvolvimento económico e social inferiores aos de Portugal.

Digamos que o alargamento, sendo um marco histórico para a União Europeia, não é um «mar de rosas» para a União Europeia e para Portugal. Traz-nos oportunidades e coloca-nos desafios.

Mas há outra singularidade na decisão do Conselho de Copenhaga: é que a Europa, com as conclusões que aprovou, não só em relação a estes 10 Estados-membros, mas também em relação à adesão da Roménia e da Bulgária em 2007 e ao processo calendarizado de previsível início de negociações com a Turquia, com base no relatório do Outono de 2004, diz claramente que rejeita a ideia de uma Europa-fortaleza e de uma Europa com uma matriz religiosa única. Esses são elementos que devem ser referidos no momento em que o Plenário da Assembleia da República quis dedicar o seu espaço a este tema e a esta abordagem.

Por outro lado, a Europa, que nunca discutiu — e bem! — os limites do que deve ser a União Europeia, decidiu ainda, segundo as conclusões da Cimeira de Copenhaga, não ficar por este alargamento como um dado

adquirido, mas desenvolver actividades (algumas já durante a presidência grega, designadamente em Junho, com a reunião dos países que fazem parte do pacto de vizinhança) com os países que farão parte da nova fronteira em 2004 no sentido de serem incrementadas relações designadamente com os países dos Balcãs e do Mediterrâneo, mas também com a Ucrânia, com a Bielorrússia, com a Moldávia e com a própria Rússia, no contexto do interesse do continente europeu. Em termos de estabilidade, de paz e de desenvolvimento, é essencial e é uma prioridade.

Convém aqui referir que, se hoje há um acordo global ao nível da União Europeia e neste Parlamento, nem sempre foi assim, e designadamente a seguir a 1989 e a 1991 nem sempre a União Europeia olhou para o alargamento a Leste como uma prioridade, tendo mesmo havido vozes que entendiam que esse alargamento não devia ser uma prioridade para a Europa. Olhavam para esses países de uma forma menos própria e entendiam que era difícil que os países de Leste e da Europa Central pudessem fazer o caminho que efectuaram.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa segunda palavra é de congratulação para o esforço e para os progressos no plano económico e no plano político, mas sobretudo para os progressos de consolidação das instituições e da democracia que estes 10 países da Europa Central e da Europa de Leste fizeram.

Trata-se de países criados depois do desmoronamento de grandes impérios europeus. Foram esses países e os povos desses países os que mais sofreram com as guerras mundiais do século passado. Foram países que conheceram a ditadura e que, em menos de duas décadas — o que, como europeus que somos, e querendo partilhar o mesmo espaço, nos deve encher de orgulho —, conseguiram passar de uma ditadura e de situações do ponto de vista económico e social gravíssimas e cumprir os três critérios de Copenhaga de 1993 e serem membros de pleno direito, como todos esperamos que venha a acontecer, em Maio de 2004.

Quero, pois, saudar esse esforço e a maneira como esses países se juntaram a nós.

Aplausos do PS.

Neste momento, em que saudamos o alargamento, não devemos apenas saudar os países que fazem parte da União Europeia por os acolhermos, devemos essencialmente saudar a evolução que esses Estados-membros efectuaram para poderem juntar-se a este espaço de liberdade e de justiça.

Trata-se de um espaço de liberdade e de justiça que queremos aqui reafirmar, porque há muita gente — e, com todo o respeito, senti perpassar isso, de alguma forma, na intervenção do Sr. Deputado Almeida Henriques — que olha para a Europa como se a Europa fosse um mercado e uma moeda única. É preciso reafirmar que sendo uma das vantagens do alargamento a de se criar um mercado, a de haver mais consumidores, para nós socialistas a Europa não se pode reduzir exclusivamente a um mercado e a uma moeda única.

Aplausos do PS.

A Europa tem princípios que deve afirmar, tem uma matriz e tem valores humanistas que devem constituir a sua base. A Europa tem de ter políticas de coesão e políticas de distribuição, de modo a que seja uma Europa inclusiva e não uma Europa exclusiva. A centralidade europeia não pode existir apenas no centro geográfico, têm de ser encontradas diferentes formas de modo a que todos os Estados e todos os povos possam fazer parte desse projecto europeu.

Por isso, as questões da coesão económica e social, a estratégia de Lisboa, como o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins há pouco referiu, são essenciais e fazem parte da nossa visão da União Europeia.

Aliás, não compreendemos muito bem, Sr. Ministro, porque é que o Governo português raramente se refere à estratégia de Lisboa. Talvez seja mesmo, dos governos dos 15 Estados-membros da União, aquele que, porventura, mais receio tem em falar da estratégia de Lisboa, quando ela aponta para um desenvolvimento sustentado da União Europeia, para a criação de um espaço de dinamismo e sobretudo para uma prioridade que para os socialistas é muito cara, que é a criação de emprego.

Aplausos do PS.

Por outro lado, a Europa tem de ser esse espaço de liberdade, mas também um espaço de tolerância, de respeito pela diferença, de respeito pelas minorias e um espaço que sirva de exemplo ao mundo. E o mundo, hoje, Sr. Presidente, precisa de exemplos, sobretudo de exemplos que contrariem o exemplo nocivo para o Direito Internacional e para o equilíbrio do relacionamento entre os povos que os Estados Unidos da América estão a dar, designadamente em relação ao Iraque.

A Sr.^a Edite Estrela (PS): — Muito bem!

O Orador: — É importante lembrar que alargamento significa, ou pelo menos deveria significar, pelo menos no nosso léxico, aprofundamento. E não tem sentido, num momento em que a União Europeia reforça, na cena internacional, o seu posicionamento no âmbito da Organização Mundial do Comércio, designadamente através do reforço e da entrada de mais 10 novos Estados, que não se reafirme aqui a necessidade de a Europa aprofundar e reforçar as suas competências em matéria de política externa, de modo a que tenha uma voz própria na cena internacional, que seja capaz de falar a uma única voz em respeito pela diferença dos Estados-membros e não seja apenas um espaço onde só alguns contam quando isso interessa aos Estados Unidos da América.

Aplausos do PS.

Entendemos que a Europa deve continuar a ter laços de cooperação e de amizade com os Estados Unidos da América. Portugal, dentro desse aspecto, e tendo também uma vocação atlântica que não deve abandonar, deve ter um papel específico nessa área. Mas nós europeus só conseguiremos ter uma relação franca, aberta e sincera com os Estados Unidos da América se formos capazes de, no momento certo, darmos as nossas opiniões. E neste caso concreto eu não diria que os aliados de vez em quando também têm opiniões, diria que os aliados devem sempre ter opiniões e devem sempre afirmar essas opiniões.

Aplausos do PS.

Por outro lado, o alargamento coloca questões à União Europeia. Se hoje já se torna difícil, Sr. Ministro, como V. Ex.^a sabe, decidir a 15, muito mais difícil se tornará decidir a 25. É necessário abandonar a regra da unanimidade como forma de decisão.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — É preciso passar para a maioria qualificada e não ter receio de partilhar as nossas soberanias. E, desse ponto de vista, Portugal tem um património, uma História recente que lhe permite demonstrar que, quando tem ideias, quando tem posições claras e quando tem estratégias definidas, acaba por fazer vencer os seus pontos de vista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, há uma nova singularidade, que é o facto de destes 10 Estados-membros 9 serem países de média ou de pequena dimensão. É preciso, Sr. Ministro, que haja uma nova liderança no seio da União Europeia que defenda os interesses dos países de pequena e de média dimensão. É inadmissível que o Conselho de Bruxelas tenha ratificado uma decisão que, horas antes, foi tomada por dois Estados-membros da União Europeia — a Alemanha e a França —, precisamente aquele que mais contribui para a política agrícola comum e aquele que mais beneficia dela. E aquilo que os outros governos fizeram foi apenas ratificar uma decisão tomada por um directório de dois Estados-membros, horas antes, no Conselho Europeu.

Aplausos do PS.

Isso revela que não há uma liderança dos pequenos e médios países, e é importante que essa liderança se faça sentir no seio da União Europeia.

Em terceiro lugar, é impensável que haja alargamento, que haja mais Estados-membros e que o orçamento da União Europeia se mantenha o mesmo.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mais: como aqui já foi dito, inclusivamente reduziram-se verbas, conforme tinha sido acordado na Agenda 2000 no Conselho Europeu de Berlim. É impensável que haja um discurso de mais Europa, que haja um discurso de mais competências, que haja um discurso de maior solidariedade, que haja um discurso de mais alargamento, mas, na prática, quando se trata de pôr os recursos financeiros que permitem traduzir essas políticas no concreto, a Europa se retrai e não dê exemplos de solidariedade.

Sr. Ministro, a obrigação do Governo português e deste Parlamento é a de sermos claros e sérios desse ponto de vista e exigir que mais Europa, mais alargamento, mais políticas e mais competências signifique, com seriedade, mais recursos e melhores instrumentos para que a União Europeia possa agir em defesa dos interesses e na solução dos problemas dos europeus.

Aplausos do PS.

Por último, quero apenas referir que Portugal tem um desafio à sua frente: um desafio como europeu, como membro de pleno direito da União Europeia, como legislador, designadamente nos Conselhos, mas também a nível interno.

São conhecidas as nossas divergências sobre a agricultura. Não vou aqui repeti-las. O nosso apelo é que o Governo venha para a estratégia correcta. E permita-me, Sr. Ministro, discordar da resposta que há pouco deu, quando retorquiu: «Querem discutir agricultura? Na terça-feira, o Ministro da Agricultura vem ao Parlamento». A agricultura, Sr. Ministro, é um dos factores importantes de impacto

do alargamento na política económica do País. E, salvo o devido respeito, o Sr. Ministro deveria ter-se feito acompanhar neste debate pelo Ministro da Agricultura...

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — ... de forma a ele responder aqui no Plenário e não na Comissão de Agricultura...

Aplausos do PS.

... porque, como V. Ex.^a sabe, este debate é sobre os impactos do alargamento, que é um factor decisivo para a economia nacional.

Por outro lado, a propósito da agricultura, aquilo que gostaríamos de sugerir, Sr. Ministro, é que o Governo aprendesse com o erro estratégico cometido. Não levantou a questão quando deveria tê-la levantado e pôs-se do lado do conservadorismo e do imobilismo, rejeitando os princípios da proposta da Comissão. Por isso, o desejo que formulamos, Sr. Ministro, é que aprendam com os vossos erros e que, designadamente em matéria de revisão dos fundos estruturais, o Governo possa ter uma estratégia mais inteligente e que acabe por redundar na defesa dos interesses do País.

Em Nice, ficou decidido que os montantes e *plafonds* dos fundos estruturais seriam decididos por unanimidade. Quer isto dizer que Portugal tem, nesta área, um peso específico e claro, não numa lógica egoísta, mas, honestamente, numa lógica do interesse da defesa de uma Europa coesa, que não tenha centros e periferias, mas que seja capaz de integrar, de não criar exclusões e de permitir que países de pequena e média dimensão sejam capazes e tenham oportunidades de se desenvolver e prosperar, com qualidade, inovação e formação, no seio da própria União Europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É importante saudar o próximo alargamento da União Europeia, porque, acima de todas as grandes expectativas que o aguardam, vem, numa primeira análise, permitir o reencontro histórico de oito países que, durante algumas dezenas de anos, foram forçados pela tirania soviética a seguir caminhos distintos e divergentes do resto da Europa.

Haverá, no entanto, muitas interrogações que nos assaltam, mas há também muitas certezas que nos reconfortam. É certo que a inadaptação, que já afecta a Europa na sua actual geometria interna e externa, será ainda mais crítica na Europa alargada que se avizinha a passos largos. A Europa tem, pois, de encontrar soluções para os novos dilemas com que se depara, não só no seu próprio interesse mas, diria mesmo, no interesse do mundo, que carece de uma Europa forte e unida.

Os actuais Estados-membros da União Europeia (e, por conseguinte, Portugal) estão necessariamente confrontados com o desafio da reforma das instituições de modo a permitir a estruturação da vida política numa União, intensamente interpelada por questões complexas, geradoras de posicionamentos políticos contraditórios e, não raro, incompatíveis.

Por exemplo, será possível manter por muito mais tempo uma coabitação duradoura de um sistema comunitário com os sectores intergovernamentais? Será possível con-

cretizar o alargamento e, em simultâneo, garantir a eficiência do processo decisório sem sacrificar a igualdade e a solidariedade entre os países da União? É ou não verdade que a questão da legitimidade democrática do processo de decisão europeu está colocada não apenas no plano jurídico mas, sobretudo, no plano político?

A resposta a estas e muitas outras dúvidas semelhantes não reside, a nosso ver, em vanguardismos iluminados ou em populismos pseudo-nacionalistas, ambos geradores de falsas soluções, serventuárias, quando muito, da notoriedade ou de interesses egoístas dos seus autores, em prejuízo da autenticidade e consistência da construção europeia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A esta luz, têm sido correctas as posições prudentes assumidas pelo actual Governo no processo europeu, caracterizadas por uma clara definição dos valores essenciais a preservar e pela defesa do método dos pequenos passos, sempre com capacidade de recuo, nos novos caminhos a percorrer.

A nosso ver, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há efectivamente um núcleo permanente de valores essenciais que têm de ser preservados e firmemente defendidos, em todas as negociações e fases do processo europeu. São, para nós, valores essenciais que percorrem transversalmente todas as negociações e todas as fases deste processo. Desde logo, o projecto da Europa em construção será tanto mais forte e mais autêntico quanto melhor souber respeitar a diversidade histórica e cultural dos países que a partilham. Queremos uma nova Europa, composta por velhas Nações, em que a afeição europeia dos cidadãos conviva naturalmente com o apego à sua identidade nacional.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Nesta conformidade, o CDS, partido democrata-cristão, defensor de um compromisso popular e europeu, assinalou no seu programa que «Portugal cumprirá o futuro se combater pela Europa e respeitará o passado se o fizer em nome da Nação que somos».

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A integração europeia conduziu a meio século de estabilidade, de paz e de prosperidade económica. Contribuiu para o aumento de nível de vida, para a criação de um mercado interno, para o lançamento do euro e para reforçar a voz da Europa no mundo.

A ideia de uma só Europa esteve frequentemente presente, ao longo da História, bem como o choque das duas perspectivas de que resulta todo o processo: a integração estreitamente ligada à ideia de supra nacionalidade e a cooperação ligada ao princípio intergovernamental. É desta dualidade que surge e tem vivido a ideia da construção europeia. Daí, uma integração económica mais fácil.

Somente em 1972 (14 anos depois da criação da CEE pelo Tratado de Roma) se deu a primeira vaga de alargamento com a entrada do Reino Unido, da Dinamarca e da Irlanda; a segunda vaga de alargamento, que contempla o período de 1981, com a entrada da Grécia, e de 1986, com a adesão de Portugal e Espanha, teve consequências económicas. A entrada destes três Estados implicou uma nova realidade do ponto de vista agrícola, social e económico, que se traduziu no aumento de fundos estruturais e regionais a estes novos países:

A adesão destes novos Estados, que inclui Portugal, representou o seguinte: a entrada de mais de 60 milhões

de consumidores no espaço europeu; o aumento de subsídios a estes novos Estados, já que apresentavam grandes diferenças e atrasos em algumas áreas, em comparação com os restantes países da Comunidade; melhores mercados para o investimento; e, a nível político, representou a ajuda à democratização desses Estados, ou seja, consolidou politicamente os novos regimes democráticos, através de um laço económico e cooperação mais estreita com a Europa.

A União Europeia, como se sabe, assenta no princípio de Estado de direito e na democracia. Não se trata, nem de um novo Estado, que pretende substituir os Estados actuais, nem é comparável com uma mera organização internacional; os seus Estados-membros delegam soberania em instituições comuns que representam os interesses de toda a União em questões de interesse comum; todas as decisões e procedimentos decorrem dos Tratados de base, ratificados pelos Estados-membros — portanto, uma visão eminentemente democrática da União Europeia.

Os objectivos da União podem ser classificados em dois grandes grupos, o político e o económico e, de entre eles, destaco pela sua importância os seguintes: a instituição de uma cidadania europeia; a criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça; a promoção de um progresso económico e social; e a afirmação do papel da Europa no Mundo.

Ficou, portanto, sempre claro na mente de todos que a integração europeia não era um processo terminado, quer nos seus objectivos quer na adesão de novos Estados. Com a queda do muro de Berlim, nos finais de 1989, toda a Europa se viu confrontada com o enorme desafio de pôr termo a uma divisão histórica e de apoiar as novas democracias da Europa central e oriental, abrindo-lhes a via da adesão — foi a resposta que a União Europeia deu a esse repto.

O novo alargamento a 10 países irá ser o quinto da História da construção europeia, tratando-se, muito provavelmente, da mais vasta tarefa alguma vez executada pela União Europeia. De resto, 21 anos depois da Lei Marcial, como foi dito pelo Governo, 13 anos depois da queda do muro de Berlim e nove anos depois do fim da União Soviética, a União Europeia deu um passo histórico para o seu próximo alargamento, concluindo as negociações de adesão com 10 países do Centro e do Leste europeu e também do Mediterrâneo. Em breve, a União passará a ser uma União de 25 países.

A etapa seguinte passa pela conclusão da redacção dos tratados de adesão, que deverão ser assinados em Atenas, durante a presidência grega, este ano. A adesão dos novos Estados-membros será formalizada, após o processo de ratificação, nos actuais e futuros Estados-membros, em 1 de Maio de 2004.

Portugal tem, desde o início (de facto, desde a anterior Cimeira de Copenhaga, em 1993), declarado o seu total apoio ao processo de alargamento a Leste. Trata-se, afinal, de dar às novas democracias europeias a mesma oportunidade de estabilidade política e de desenvolvimento económico e social que nos foi dada a nós, portugueses, nos anos 80.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas a verdade é que ninguém sabe muito bem quais os contornos políticos e económicos da União Europeia do futuro, nem como o relacionamento da União Europeia alargada com os seus vizinhos virá a condicionar o sucesso deste alargamento.

O futuro da Europa passa, ainda, por um debate que enquadrará respostas institucionais na convenção e na con-

ferência intergovernamental que se lhe seguirá, mas também no reforço da zona euro, na capacidade de adaptação aos novos candidatos e na futura e importante adesão da Turquia.

Depois da Cimeira de Praga, em que a NATO abriu as suas portas a mais sete países, foi agora o momento de a União o fazer também. Os alargamentos das instituições complementam-se, reforçando a segurança e a estabilidade da Europa, tal como decidido em Copenhaga, onde o lema foi: «a nossa meta é uma só Europa».

Estes novos Estados-membros representam, como já foi aqui dito, cerca de 100 milhões de europeus, ou seja, mais de um quarto da população da actual União Europeia, onde só o rendimento médio dos países de Leste equivale a 30% dos actuais membros e o seu PIB cerca de 5%.

Segundo a opinião de muitos, «Portugal é apontado como sendo o país mais prejudicado pelo alargamento, porque o perfil das economias dos candidatos é largamente coincidente com o perfil produtivo da economia portuguesa. Assim, a crescente concorrência dos novos Estados-membros atinge directamente vários sectores portugueses».

Como o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas afirmou, na Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, para combater essa tendência «é preciso defender a necessidade de se estabelecer uma nova rede de alianças internacionais estimulando a chamada 'diplomacia económica', beneficiando das consequências económicas do grande mercado da União Europeia».

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, à semelhança do que ocorreu com os anteriores alargamentos, Portugal irá, com toda a certeza, beneficiar com este novo Mercado Único se se adaptar às novas conjunturas e proceder às reformas estruturais necessárias para fazer face a este desafio e, sobretudo, não ver a União Europeia como um projecto dogmático, o que por si só resolverá todos os seus problemas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Penso que, há pouco, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas não terá percebido muito bem a minha pergunta. Não sei se o erro será devido à formulação da pergunta ou ao entendimento do Sr. Ministro.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Nunca ninguém a percebe! Fala muito baixinho!

A Oradora: — De qualquer maneira, neste momento isso não é importante, porque as respostas que deu às outras perguntas esclareceram bem qual era a posição do Governo sobre esta matéria.

O paralelismo que tentei estabelecer é que Portugal, sendo um País que tem níveis de vida e de poder de compra inferiores aos da média europeia, está, neste momento, preso aos critérios de Maastricht e ao Pacto de Estabilidade e de Crescimento, o que limita a capacidade de investimento público e também aquilo que são as despesas sociais.

Por outro lado, dado que o «envelope» financeiro atribuído aos países candidatos é bastante reduzido e dado que também estarão sujeitos à disciplina orçamental, decorre termos aqui dois grupos de países: um, constituído pelos países que não se situam dentro da média de rendimentos

da Europa e o grupo dos países candidatos que estão, neste momento, a competir pelos fundos de coesão dentro do quadro da União Europeia.

Ora, sabemos que o Orçamento comunitário é reduzido. E a implicação que este modelo tem é que, na competição pelos fundos de coesão, temos os pobres e temos os mal remediados. Ou seja, temos Portugal e temos os países candidatos a esses fundos de coesão e à União Europeia. O que nos parece inexplicável é que o Governo português não seja capaz de tirar as consequências políticas deste modelo, ou seja, de perceber que o Orçamento comunitário, tal como está estabelecido, não funciona e de perceber também que a política monetarista, estabelecida para a Europa, também não é o modelo a seguir. E não é o modelo a seguir porque a coesão social é o pilar de construção do projecto europeu.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — É-o porque é um princípio fundamental, mas é-o também porque é a base constitutiva de todos os regimes democráticos, sendo também um pilar constitutivo da Europa, porque só uma Europa com coesão social e com verdadeira convergência real nos níveis de vida dos seus cidadãos poderá ser uma Europa pacificada e verdadeiramente actuante no mundo moderno.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Ainda para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente se me permite, faço antes uma breve interpelação para referir apenas que, como sou a última interveniente neste debate e seria a primeira a intervir na fase de encerramento, farei apenas uma única intervenção.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A União Europeia não está construída para uma verdadeira convergência económica e social. Criou espaços de manobra para os grandes e espaços diferenciados e minorizados para os pequenos. Exemplo disto mesmo são algumas preocupações que têm surgido em torno da revisão institucional da União Europeia e da tentativa de tirar poderes aos países mais pequenos da União, tirando-lhes protagonismo nos mecanismos de decisão e de direcção e, simultaneamente, a intenção de retirar poderes aos órgãos nacionais de modo a concentrá-los nos órgãos da União Europeia, onde o peso é dos grandes. Exemplo disso é também a política agrícola comum, que subsidia, entre outros, os produtos que interessam aos países grandes, como a carne de bovino ou as culturas arvenses, e recusam o financiamento da produção de produtos específicos de países mais pequenos, como os hortícolas que interessam, por exemplo, à realidade agrícola portuguesa. Política agrícola comum, onde o histórico também é em função dos grandes e não dos pequenos.

O resultado é óbvio: o mercado dominado pelos grandes e a cada vez maior dependência alimentar do exterior dos países mais pequenos. Não é uma União Europeia que se enriqueça pela especificidade de cada país, pelas condições de realização e de produção de cada país, que aposte na qualidade dessa especificidade, é uma Europa onde os grandes procuram, a todo o tempo, ganhar novos mer-

cados e tirar proveito para eles próprios, ao máximo, da ligação aos outros países.

Não estamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, perante uma Europa de solidariedade. Isso foi perfeitamente visível com o processo de alargamento dos 10 países candidatos, cujo processo de adesão foi concluído em Copenhaga. Desde logo, porque as condições de adesão foram-lhes totalmente impostas: ou aceitavam assim ou não. O mesmo era dizer que ou entravam assim ou não entravam. E, para cúmulo, o «bolo» financeiro destinado a este alargamento, decidido em Copenhaga, é substancialmente mais reduzido do que aquele que estava acordado na Agenda 2000.

A recusa, por parte de países, como a Alemanha, de financiar o novo alargamento é a prova clara de que os países grandes não estão dispostos a abrir mão seja do que for. É a velha história liberal: o mercado (dominado por eles, claro) resolve tudo, seja em que condições for, tenha as consequências que tiver para os outros. Portanto, quem tem menos condições de concorrer, como Portugal, que pague o alargamento, à custa de serem os mais aptos a estarem em menores condições de concorrer e de perder com o alargamento.

Mas é preciso deixar claro que o alargamento da União Europeia é positivo. A adesão de novos países é positiva. Mas isso tem de ser assumido por todos, e todos, num processo de solidariedade, têm de contribuir para uma igualização de condições de autonomia e de cooperação dos diferentes países.

Perante esta realidade, tudo aponta para que Portugal seja um dos países mais prejudicados com o novo alargamento. E, face a esta expectativa, não se compreende, de todo, as respostas que o Governo pretende dar, ou seja, não se compreende como é que o Governo português pretende criar condições para que o nosso país não seja claramente prejudicado. Por isso mesmo, é inadmissível que não existam estudos específicos e sectoriais, relativamente ao impacto do novo alargamento, a ter lugar depois de Maio de 2004, no que respeita à realidade portuguesa. Só perante esse conhecimento preciso seria possível apontar medidas e direccionar políticas eficazes para cada sector. Mas esse trabalho o Governo não concretizou.

Por outro lado, não se percebe como é que sendo, agora mais do que unca, fundamental apostar na qualidade, no conhecimento, na aptidão, preparar o País para novas regras de concorrência, e sendo o ano de 2003 fulcral nessa preparação, o Governo tenha apresentado um Orçamento do Estado para 2003 que desinveste justamente em áreas vitais neste quadro referido, como a educação, a ciência, a investigação, a formação, uma perspectiva de garantia de fortalecimento do País para fazer face a um quadro mais exigente de qualidade de quadros humanos e de meios técnicos para um mercado com características diferentes.

É tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não faz sentido e que nos deve deixar verdadeiramente preocupados.

Os Verdes têm recusado, e continuaremos a recusar, uma atitude, por parte de Portugal, de submissão incondicional aos ditames da União Europeia. Portugal deve assumir uma atitude de solidariedade inequívoca, tal como se exige aos outros países da União Europeia, mas não deve, de todo, assumir uma atitude de inevitabilidade relativamente a condições que não tem de perder, só beneficiando com isso aqueles países que mais condições têm e que são os que mais facilmente fogem ao princípio da solidariedade.

A Europa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deveria ter uma única dimensão e não duas realidades: a dos grandes e a dos eternamente pequenos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de passarmos à fase de encerramento do debate, peço à Sr.^a Vice-Presidente Leonor Beleza o favor de me substituir temporariamente na Mesa, porque vou receber, em audiência de despedida, o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, vamos então dar início às intervenções de encerramento do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Srs. Deputados: O processo de alargamento da União Europeia era uma exigência e um compromisso que a Europa tinha para cumprir consigo e com a sua própria história.

Contudo, sabemos que o modo como foi negociado este alargamento testemunhou, se provas faltassem depois de Maastricht, Amesterdão e Nice, que a União Europeia, enquanto o projecto político assente na justiça social, na liberdade e na participação democrática, está bloqueada. E está bloqueado, por um lado, porque nega a cidadania e o controlo democrático dos cidadãos, no exercício do seu papel, o de procederem a escolhas na construção europeia,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... e, por outro, devido ao dogma e à política monetarista que assenta numa agenda política que impossibilita as despesas sociais e o investimento público, colocando em risco o próprio modelo social que é específico da Europa do pós-guerra.

Aqueles que não entendem as críticas que são dirigidas ao actual processo de construção da União Europeia costumam citar o Presidente Bill Clinton, dizendo que o processo de construção europeia é a economia. Mas, relativamente a esta frase ou a esta posição, houve recentemente uma afirmação de Romano Prodi, Presidente da Comissão europeia, que referiu que o processo económico pelo qual tem vindo a ser construída a união monetária, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, é um instrumento estúpido porque assenta numa política que se aplica num cenário quer de crescimento económico quer de recessão económica.

A resposta necessária a dar é dizer que a Europa se constrói a partir dos cidadãos. É, pois, num mundo que se tem reformulado a partir de processos políticos, económicos e culturais de globalização que é nossa responsabilidade erigir, na União Europeia, um modelo social e político que responda às expectativas e às necessidades de uma Europa que vai somando milhões a partir dos processos de alargamento. O que o processo de alargamento nos exige é que saibamos dar conteúdo, substância e capacidade de acção a esse conceito inovador de pertença, que é a cidadania europeia — uma noção que aponta para uma pertença e uma efectividade de direitos num enquadramento pós-nacional muito promissor.

Essa vontade de dar substância tem, pois, de partir de uma reformulação ousada e ambiciosa da arquitectura institucional e dos modelos de decisão da União Europeia que permitam reganhar aquilo que a construção europeia não tem sabido até hoje estimar e estimular: a legitimidade democrática, que nasce da capacidade de escolha e da acção dos cidadãos.

O processo de alargamento exige-nos também que façamos da coesão social o princípio orientador das políticas comunitárias, por razões de princípio, porque sabemos não só que a justiça social é a base legitimadora da democracia mas também que a coesão social é o único caminho para uma Europa pacificada e sem tensões.

Por fim, o alargamento reforça o papel da União Europeia no xadrez internacional e há que saber estar à altura das exigências. Há, pois, que saber honrar a autoconcepção humanista, pacifista e solidária que a Europa do pós-guerra erigiu sobre si própria e assumir o seu papel no mundo, o papel da União Europeia, combatendo as desigualdades entre os Estados e os povos, geradas e geridas pela actual globalização neoliberal, e também a reemergência da remilitarização da política, pela mão da extrema-direita que actualmente governa os Estados Unidos da América.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — É, pois, com base num programa de refundação política e socialmente democrática que a Europa, enquanto espaço de cidadania, se pode reforçar e prosperar.

Seria este o programa que Portugal, pela sua posição periférica, pela sua história específica e também pelas suas características sociais, deveria defender nas instâncias comunitárias.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e o Governo português podem não concordar, os poderes fácticos da União Europeia também podem tentar ignorar esta agenda democrática, mas, atenção, aqueles que apostam no alheamento dos cidadãos na Europa que se desenganam, porque está a nascer e a construir-se na Europa um movimento feito de cidadãos, de activistas, de organizações e de forças políticas que sabem e que actuam para que uma outra Europa seja possível.

Aplausos do BE.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No encerramento deste debate começo por assinalar que o PCP tinha de facto razão quando apresentou a proposta para se debater neste Hemiciclo as consequências e os impactos do alargamento.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Assistimos, porventura, durante este debate, a alguns discursos edílicos, a algumas construções cor-de-rosa, a alguns cenários mirabolantes daquilo que pode ser, é ou será a integração europeia e as consequências do alargamento.

Pudemos também assistir a alguns discursos constituídos por frases feitas (quase diria por cassetes bem riscadas),...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... por ideias velhas e gastas, mas, quer uns, quer outros, foram episódios nesta discussão, porque, no fundo, pretendiam evitar que se fizesse aquilo que, apesar de tudo, foi feito neste debate: descer à terra, ao

concreto, à realidade dos problemas. Em suma, pretendiam evitar aquilo que, apesar de tudo, foi conseguido neste debate, que foi debater, no concreto, a realidade com que Portugal se vai deparar.

A forma como decorreu este debate, Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo e Sr.^{as} e Srs. Deputados, permite, do nosso ponto de vista, tirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, confirma-se que o alargamento se está a processar e que irá avançar sem que o Governo português conheça com rigor a situação dele decorrente.

Pela voz autorizada do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas o País ficou, hoje, a saber que não existe qualquer estudo de avaliação fiável das consequências do alargamento para Portugal.

O Sr. António Filipe (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Fica o País a saber que só agora esses estudos foram pedidos, que só agora essas avaliações estão a ser feitas, que só agora, depois de concluídas as negociações concretas, é que o Governo português começa a pensar, de facto, na complexidade de decisões com as quais comprometeu o País.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, confirma-se que a forma como foram encerradas as negociações em Copenhaga não corresponde nem às expectativas nem às necessidades dos países candidatos: foram diminuídos recursos; foi aumentado o leque de países a abranger com menores recursos; foram decididas as condições de integração de novos países sem qualquer preocupação de preservar condições de coesão interna, não só para os povos dos novos Estados-membros como também para os povos dos actuais Estados-membros.

Em terceiro lugar, Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo e Sr.^{as} e Srs. Deputados, ficou claro que o Governo parece estar, desde já, a adoptar uma posição profundamente minimalista quanto à definição do futuro quadro orçamental comunitário posterior a 2006. Não pode aceitar-se esta posição. O Governo não pode partir da posição de que as bases financeiras pós-2006 se mantêm aos níveis actuais.

Há novas necessidades, é certo, há mais problemas para resolver, todos o sabemos, é, portanto, absolutamente necessário que quem mais beneficia com o alargamento contribua para ele de forma mais adequada.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É absolutamente necessário que não sejam os países mais pobres da actual União Europeia a financiar, de forma directa ou indirecta, as novas necessidades da União. É absolutamente necessário que as ajudas comunitárias para os actuais países da União se mantenham, sem prejuízo dos recursos necessários para fazer face aos novos problemas introduzidos pelos novos Estados-membros.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por último, fica claro que esta é uma discussão que deve ser lançada desde já e para a qual o PCP está perfeitamente disponível e totalmente empenhado.

Mas, atenção, não aceitaremos, nunca, que um tal debate sirva apenas para ferir os interesses de Portugal ou

para limitar ou desvirtuar os princípios da coesão económica e social que deveriam ser retomados e voltar a ser considerados princípios basilares e absolutos de uma União Europeia alargada.

Defenderemos sempre uma integração plena, com oportunidades, de facto, iguais; não aceitaremos, nunca, uma União com directórios ou com alguns países cada vez mais ricos e poderosos e muitos outros cada vez mais subalternos e dispensáveis.

Aplausos do PCP.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Gostaria, por um lado, de realçar a importância deste debate, em que a Assembleia da República discutiu esta temática tão importante não só do alargamento como também do impacto que poderá ter para uma União, que a partir de 2004 será de 25 Estados, e para Portugal.

Por outro lado, gostaria de saudar o Governo na pessoa do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, que, desde que tomou posse, tem-se sempre disponibilizado para vir à Assembleia da República participar nestes debates, contribuindo para a seriedade e a importância com que estes temas são aqui abordados. Por isso, Sr. Ministro, saúdo esta sua atitude, que é sempre de realçar.

O alargamento será, com certeza, a tarefa mais vasta e exigente alguma vez realizada pela União Europeia.

Todos nós recordamos que, em 1958, aquando da criação da CEE, com o Tratado de Roma, muitos pensavam que os objectivos a que ela se propunha levariam não décadas mas séculos a cumprir. Havia até quem dissesse que a CEE era a filha de Estaline...

Risos dos Deputados do PCP António Filipe e Bernardino Soares.

... por ser a maneira como o bloco ocidental se organizou para não só recuperar da II Guerra Mundial mas também aguentar a pressão, à época, do expansionismo soviético.

Agora, em 2002, passados 44 anos, a União Europeia recebe novos membros que faziam parte do antigo Pacto de Varsóvia.

Portanto, quero, também aqui, realçar o aspecto de que este alargamento abre as portas a oito países que viveram durante quatro décadas sob a ditadura...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — ... o jugo...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Jugo?!

O Orador: — ... uma das piores tiranias que a Humanidade alguma vez criou.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Eh!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Só sabe falar disso?! Fale de outra coisa!

O Orador: — Por outro lado, gostaria também de realçar que o alargamento representa, antes de mais, um desafio, que é o de estender as fronteiras da União Europeia. E este é um desafio não só para a União, nas suas instituições, mas também para todos os países-membros, nomeadamente para Portugal. Perante isto, podem adoptar-se duas atitudes: a resignada, que é a de ver os países que vão agora entrar como potencialmente concorrentes com Portugal e que, portanto, vão dificultar a vida de Portugal, da sua economia e do seu desenvolvimento, ou uma outra, que é a de olhar para o alargamento como um desafio no sentido da adaptação não só para os políticos mas também para os empresários, os trabalhadores e o tecido económico e social de Portugal. É sempre num sentido positivo que devemos olhar para este alargamento e não de uma forma resignada, vendo um problema que só nos vai trazer dificuldades.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, mais do que discutir se vamos ter problemas nesta ou naquela área, é preciso preparar Portugal para o alargamento. E as reformas estruturais necessárias em várias áreas, a começar pela área laboral e a terminar na área fiscal, passando por outras, para preparar Portugal para esse alargamento, estão a ser cumpridas pelo Governo, o que também convém realçar. Não é, pois, verdadeira a acusação de que o Governo está a olhar para este alargamento numa perspectiva unicamente dogmática e não está a preparar a sua função pública, a sua economia, etc.

Sr. Presidente, fico-me por aqui, realçando apenas a importância deste debate e saudando a participação do Governo no mesmo, o que é sempre importante.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Limitada, limitada!

O Orador: — Por último, porque foram aqui feitas uma ou duas referências sobre mudanças de posicionamento do CDS-PP nesta matéria, gostaria de recordar que o CDS-PP tem 28 anos, nasceu em 19 de Julho de 1974, e não em 1992, e que, apesar de num determinado período, entre 1992 e 1998,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Mas em 1987 votaram contra!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sempre contra a União Soviética!

O Orador: — ... ter tido uma posição de eurocepticismo, a verdade é que nunca negou o seu compromisso de Portugal na Europa, e Portugal com uma posição forte.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

Protestos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Orador: — Portanto, deixo isso claramente reafirmado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Vozes do PCP: — A memória é curta!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Olha quem fala!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Na Polónia ainda se lembram!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Nós, cá, também nos lembramos!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em termos de conclusões, parece-me que há uma conclusão a mais, e substancial, a tirar deste debate: a de que há uma unanimidade quanto à questão central e que se traduz no aplauso deste Parlamento em relação ao quarto alargamento da União Europeia.

Vozes do PS e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, há, da nossa parte, uma outra conclusão a tirar: a necessidade de que o alargamento da União Europeia não termine neste quarto alargamento.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Gostaríamos, portanto, que se verificasse não só aquele que já está previsto para 2007 mas que, de facto, a União Europeia tivesse um posicionamento de seriedade, honestidade e clareza em relação à Turquia. A Turquia não tem de ser, forçosamente, membro da União Europeia, mas também não tem de ser forçosamente não-membro da União Europeia e, por isso, tem de ter um tratamento de igualdade, como tiveram todos os Estados-membros, cumprindo os critérios de Copenhaga — os critérios políticos, os critérios económicos e a capacidade para absorver o acervo comunitário.

Outra das conclusões a referir tem a ver com a necessidade de se fazer um apelo às autoridades de Chipre, para que possam efectuar esforços no sentido da convergência, de modo a concretizar-se o plano das Nações Unidas, de que toda a ilha de Chipre possa aderir, como Estado, à União Europeia.

A necessidade de haver uma resposta institucional a este alargamento é uma outra conclusão. É indispensável uma «Constituição» da União Europeia, é indispensável uma clareza quanto àquelas que são as competências da União e as dos Estados-membros, é necessário um sistema de decisão mais eficaz, assumindo a maioria qualificada como regra, e é vital que existam recursos financeiros suficientes para dotar a União Europeia de instrumentos capazes de executar as suas políticas. Continua a não ser possível dizermos que queremos mais Europa, que queremos ter um exército, que queremos ter uma política externa, se não tivermos recursos financeiros suficientes para poder executar essa política.

Por outro lado, é fundamental reafirmar, nestas conclusões, que a União não pode ser apenas um mercado e uma moeda. Preferimos, tornamo-lo a dizê-lo, a questão da coesão económica e social, porque é, para nós, um elemento diferenciador de qualquer tipo de integração à escala mundial e é o elemento que faz a diferença entre uma simples integração económica e um projecto político para a União Europeia que tenha atrás de si uma base económica e uma base social.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, criação de emprego, crescimento e uma melhor redistribuição da riqueza gerada, trocas comerciais em benefício da inclusão e não da exclusão são prioridades a que os socialistas nunca deixarão de se associar e de referir.

Outra conclusão é o papel que a União Europeia deve ter no mundo, um papel que não seja apenas de constatação mas activo na resolução e na ajuda à solução de crises e conflitos regionais.

Em termos mais internos, em termos portugueses, é necessário que o Governo saiba aproveitar bem, com a ajuda de todos, a execução final do II Quadro Comunitário de Apoio e que reoriente claramente as suas prioridades no sentido da qualificação profissional, da formação e da inovação, porque são estes os elementos diferenciadores das regiões no futuro da União Europeia.

Hoje, a mão-de-obra barata não deve ser o objectivo central do modelo produtivo...

O **Sr. Honório Novo (PCP)**: — Então, deve ser um objectivo secundário?!

O **Orador**: — ... e do aparelho económico nacional. Por isso, a qualificação das pessoas é indispensável, ligada aos objectivos constantes em *A estratégia de Lisboa*, a qual, mais uma vez, incentivamos, e apelamos ao Governo a que não tenha timidez para a levar por diante por não ter sido uma ideia dos partidos que fazem parte do Governo. As boas ideias, mesmo quando vêm de outros partidos, desde que sirvam o interesse nacional e o desígnio europeu, devem ser assumidas pelos homens de Estado, e eu sei que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros é um homem de Estado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Por último, Sr.^a Presidente, gostava de solicitar que este Parlamento pudesse agendar, brevemente, um debate sobre o futuro dos fundos de coesão — parece-me que, na nossa agenda política de temas europeus, é aquele que é mais essencial —, apelando a que o Governo apresente para esse mesmo debate uma proposta concreta sobre a posição portuguesa na estratégia de negociação desses fundos estruturais.

Termino, Sr.^a Presidente, com duas notas, uma de satisfação e outra de boas-vindas. A de satisfação resulta da intervenção do Sr. Deputado João Rebelo e tem a ver com aquelas que são as novas posições do CDS sobre a questão europeia.

Atendendo a que o CDS-PP tem, no Governo, a pasta da Defesa Nacional, que é um elemento estrutural do segundo pilar, e a pasta da Justiça, que é um elemento essencial do terceiro pilar, quero dar-lhes as boas-vindas, porque é sempre melhor tomar, ainda que atrasados, um bom caminho do que continuar por maus caminhos. Bem-vindos!

Aplausos do PS.

O **Sr. Bernardino Soares (PCP)**: — Livraram-se da tirania monteirista!

O **Sr. Telmo Correia (CDS-PP)**: — Sem contraditório é mais fácil!

O **Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP)**: — Vocês, ontem, também entraram no bom caminho, quando votaram o Pacto de Estabilidade e Crescimento!

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beza)**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O **Sr. António Nazaré Pereira (PSD)**: — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Creio que, no momento em que alguma informação cruzada perpassa por esta Assembleia, sem grande sentido, porque sempre tivemos, na nossa coligação de Governo, uma profunda colaboração nos Assuntos Europeus,...

O **Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Muito bem!

O **Orador**: — ... vale a pena, para encerramento deste debate, lembrar que, na construção de uma Europa de valores, na construção de uma Europa em que as questões da integração social e económica dos povos europeus tem prioridade, o PSD sempre esteve na linha da frente, e lembro os passos importantes que foram dados em Maastricht, na altura dessa principal decisão.

De facto, Sr.^a Presidente, Sr. Ministro e Srs. Deputados, a construção de uma União alargada, em que os valores de paz têm um peso fundamental, foi aqui relevada durante o debate e tanto eu como o PSD nos congratulamos com o facto de, nesta Câmara, neste debate, se ter constatado uma unanimidade relativamente ao quarto alargamento da União, um alargamento que, como foi aqui reconhecido, também se constitui num conjunto de oportunidades para que Portugal, enquanto Estado-membro da União e país que compartilha na União estes valores de paz, segurança e coesão social e económica, se possa afirmar e ajudar a afirmar os outros povos desta mesma União.

Foi aqui dito que a União tem agora um conjunto de oportunidades mas que existem, igualmente, riscos. Aliás, quero, de alguma forma, vincar que as questões que aparentemente mais dividiram este Plenário durante o debate — as questões ligadas à agricultura — são, de facto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Presidente e Sr. Ministro, um falso problema. O empenhamento do Governo português na defesa das questões relacionadas com a agricultura não é mais uma tentativa de resolver um problema da agricultura portuguesa, que sempre foi reconhecido pelos diferentes governos, nomeadamente pelos governos do PS, e que continua por resolver, apesar daquilo que consideramos ter sido um esforço realizado no âmbito da negociação da última reforma da PAC. Portanto, isto deveria ser um factor de união e não de separação daquilo que em nós é comum,...

O **Sr. António José Seguro (PS)**: — Só estamos unidos nas boas estratégias, nas más não estamos!

O **Orador**: — ... que é a defesa de uma União que permita que os agricultores de toda a Europa tenham iguais condições...

O **Sr. Honório Novo (PCP)**: — Essa matéria, segundo o Sr. Ministro, não era para discutir!

O **Orador**: — ... para melhorarem a sua vida e os seus rendimentos, de modo a poderem contribuir, igualmente, na construção dessa mesma Europa.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostava de evidenciar, neste encerramento, a oportunidade e o desafio que se colocam à sociedade portuguesa para que as novas gerações encarem o projecto europeu que está em preparação. Esta etapa do alargamento é, de facto, um momento importante, aliás, um momento que o Governo tem aproveitado para

pesar os passos devidos no aprofundamento do conhecimento técnico das implicações do alargamento, como aqui foi referido, através dos estudos que, entretanto, têm vindo a ser realizados, mas também para que a sociedade e as empresas portuguesas, como, aliás, foi muitíssimo bem, eu diria, apesar de ser uma homenagem em casa própria, reverenciado pela intervenção do Sr. Deputado Almeida Henriques, participem nos desafios do alargamento.

Dizia eu que a construção deste projecto é um desafio para as novas gerações, que têm de resolver agarrar as oportunidades e vencer os desafios, oportunidades essas que se constroem, nomeadamente, no âmbito da reforma institucional que está, neste momento, em curso, através da convenção.

As questões do alargamento e da convenção europeia devem constituir uma oportunidade para que esta Assembleia possa aprofundar as suas visões sobre a Europa e uma forma de empenhar todos os cidadãos portugueses num futuro que eu gostaria que fosse mais forte e com maior desenvolvimento para Portugal, um futuro que contribuisse para que, cada cidadão português, numa provável segunda cidadania — uma cidadania também europeia —, pudesse ter melhores condições de vida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, algumas questões levantadas no decurso deste debate apontavam, sobretudo, para uma preocupação que eu não compreendo: a dos estudos sobre o alargamento. Vamos entender-nos, Srs. Deputados.

As negociações de adesão começaram há cinco anos e quer o governo anterior quer o actual, como não são irresponsáveis, seguiram, passo a passo, as negociações e as suas implicações. Portanto, essa, dos estudos, é uma falsa questão. Se Portugal está preparado para a globalização, está, com certeza, preparado para o alargamento.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Então, não é preciso estudo!

O Orador: — Não, não! É preciso discutir! Mas essa é uma falsa questão.

Nós encontramos concursos preparados para o lançamento de três estudos e lançamo-los. Há estudos feitos por todos os departamentos de Estado! Todos os ministérios estão empenhados no processo de alargamento e tiveram os seus estudos! Há estudos na Administração portuguesa! A Administração portuguesa não é irresponsável, não acordou de repente a dizer: temos aqui um alargamento!

Os senhores, às vezes, parece que querem trazer falsas questões para este debate. Nós temos plena noção dos impactos do alargamento; o que falta é um estudo que globalize o chamado *fine tuning* — e isso foi encomendado. Encontramos preparados os concursos, lançamo-los e do seu resultado daremos, com certeza, conhecimento a este Parlamento.

O alargamento contém desafios, mas contém também vantagens, sobretudo políticas, estratégicas, económicas e sociais, e leva a mudanças históricas. Talvez alguns não gostem dessas mudanças, mas nós gostamos!...

Protestos do PCP.

E tem vantagens, porque o reforço da Europa, o reforço do todo, é o reforço das parcelas. Se a Europa se reforça, Portugal também se reforça.

Foi também levantado o problema do orçamento comunitário. É óbvio que 1,04% do Produto combinado dos Estados-membros é pouco para fazer face ao alargamento — eu disse-o na intervenção inicial. E também disse que até 2006 iremos procurar sensibilizar os nossos parceiros. Para isso pedi a ajuda dos partidos representados neste Parlamento, designadamente do maior partido da oposição, que, estou certo, não a negará.

Nós temos de sensibilizar os nossos parceiros, temos, seguramente, de, através do Parlamento Europeu, do Comité das Regiões, do Conselho Económico e Social, da Comissão, do Conselho, lutar pela obtenção de perspectivas financeiras que nos ajudem a manter, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, as ajudas estruturais de que Portugal ainda precisa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós não podemos ficar ricos por um mero efeito de estatística. Vamos negociar, mas temos de ter ambições — e temo-las. Contudo, a negociação não depende só de nós, depende de todos os Estados-membros.

O Sr. Deputado António José Seguro levantou uma questão que me parece uma falsa questão. Sr. Deputado, o Governo não tem nenhuma reserva em relação à *estratégia de Lisboa*. Nenhuma! A *estratégia de Lisboa* nasceu da confluência de interesses de diversos países, tais como Portugal, a Espanha, o Reino Unido, que tiveram até um papel preponderante no que respeita a convencer a Comissão, que não queria, tinha reservas. É uma das prioridades da presidência grega e nós vamos segui-la. Nós valorizamos a *estratégia de Lisboa*, que abre novos espaços e novos desafios para a União Europeia.

Gostava até de dizer — e apraz-me muito registá-lo aqui — que tive ocasião de acompanhar o notável trabalho feito pela Dr.^a Maria João Rodrigues no *follow up*, no seguimento, de *A estratégia de Lisboa*.

Relativamente ao problema que levantou da unanimidade, Sr. Deputado, tudo isto, como sabe, faz parte de uma triologia, que está a ser discutida na Convenção e teremos ainda oportunidade de falar sobre esse assunto. E a triologia é: ponto um, a iniciativa da Comissão; ponto dois, a co-decisão com o Parlamento Europeu, que o Sr. Deputado bem conhece; ponto três, o voto por maioria qualificada. O Governo português está perfeitamente de acordo nesta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente a algumas referências que aqui foram feitas quanto à disciplina orçamental, designadamente por parte da Sr.^a Deputada Ana Drago — a Sr.^a Deputada já não se encontra no Hemiciclo, mas peço ao Sr. Deputado João Teixeira Lopes que lhe transmita a minha resposta —, não quero acreditar que haja, nesta Câmara, representantes que sejam contra a disciplina orçamental, porque ela é a única forma de assegurar que a economia funciona. É a única forma de criar emprego, é a única forma de gerar progresso...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... quer lá fora quer aqui. O jogo é igual para todos! Não somos só nós que temos de cumprir a disciplina orçamental; os novos países candidatos à adesão também têm de a cumprir.

Suscitou-se aqui, quase como se eu tivesse medo de responder, o problema da agricultura portuguesa. Srs. De-

putados, no dia 17 de Dezembro passado, estive 3 horas e 18 minutos na Comissão de Assuntos Europeus a falar, sobretudo, da agricultura portuguesa. Estou preparado para abordar esse tema e só não respondi ao Sr. Deputado Honório Novo porque o tempo de que dispunha se esgotou.

O Sr. **Honório Novo (PCP)**: — Mas não foi isso que o Sr. Ministro disse!

O **Orador**: — O que eu disse, e repito, foi que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas virá aqui... Srs. Deputados, a agricultura não é o tema central do alargamento.

O Sr. **Lino de Carvalho (PCP)**: — O Governo português é que fez dele o tema central!

O **Orador**: — Não é verdade! O Governo português encontrou uma situação e aproveitou a última oportunidade possível, que foi o Conselho Europeu de Copenhaga, para levantar a questão.

Srs. Deputados, sabem qual era a situação? Eu vou recordar-vos. Em 2002, a situação da agricultura portuguesa era a seguinte: Portugal recebeu 1,4% do FEOGA-Garantia, valor inferior à população agrícola (que é de 8% da União Europeia), à área agrícola utilizada (que é de 3%), à participação de Portugal no produto agrícola da União Europeia (que é de 2,3%)...

O Sr. **Honório Novo (PCP)**: — Não cite números, Sr. Ministro!

O **Orador**: — Isto que faço é diplomacia económica, Sr. Deputado! O Ministro dos Negócios Estrangeiros está preparado para discutir esses assuntos. Simplesmente, uma vez que o meu colega do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas virá à Comissão... Porém, se o Sr. Deputado quiser e se me derem mais tempo, ficarei aqui uma hora ou duas a discutir o problema da agricultura portuguesa. Não tenho medo nenhum de fazê-lo! O que o Governo fez foi aproveitar a última ocasião.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se os Srs. Deputados não querem aceitar os resultados que conseguimos em Copenhaga, pelo menos, não os ataquem!

O Sr. **Honório Novo (PCP)**: — Quais resultados?!

O **Orador**: — Quais? O estudo que foi pedido à Comissão e que figura nas conclusões.

O Sr. **Honório Novo (PCP)**: — O Comissário diz que não faz!

O **Orador**: — Não é verdade!

Protestos do PCP.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no alargamento, há, como em todos os processos, vantagens e desvantagens. Nós estamos a procurar encontrar as respostas quer para umas quer para outras, mas não tenho a mínima dúvida de que Portugal tem capacidades para enfrentar o desafio da integração europeia, como, aliás, as teve nos últimos 17 anos com os sucessivos governos. Nós temos de acreditar que somos capazes.

Bom, em algumas intervenções que aqui ouvi quase se lamentou este encontro com a História. Talvez alguns pre-

ferissem que a História continuasse desencontrada, mas eu penso que o encontro com a História é bom para a Europa e, sobretudo, é bom para Portugal! É que Portugal tem tirado da adesão mais benefícios do que desvantagens.

Mas os benefícios não se tiram só do orçamento. O projecto europeu trouxe paz e estabilidade à Europa durante 60 anos. É a primeira vez na história da humanidade, tanto quanto sabemos, que a Europa está em paz durante 60 anos — e isso deve-se muito ao projecto europeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, os benefícios não são só aqueles que trazem retorno económico e retorno ao orçamento; os benefícios são também políticos e estratégicos. E até mesmo os benefícios económico, mesmo esses, iremos tê-los no alargamento, porque se alarga o espaço para onde as nossas empresas poderão exportar, porque se alarga o espaço onde poderemos investir.

Importa também sublinhar aqui — e com isto termino — a coincidência de fronteiras entre a União Europeia e a NATO. Essa coincidência de fronteiras é uma garantia, como, aliás, tive ocasião de referir, de que o projecto europeu avançará. O alargamento aumenta o espaço de paz, de estabilidade e de progresso.

A minha conclusão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é muito simples: a larga maioria desta Assembleia manifestou acordo com o alargamento, aliás, numa abordagem construtiva e positiva. Nós coincidimos na larguíssima maioria dos pontos. Todos vimos, neste debate, quem quis ficar fora desta coincidência. Nem o Governo nem os partidos que integram a coligação têm quaisquer complexos em matéria de integração europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António José Seguro (PS)**: — Agora, Sr. Ministro! Porque o CDS-PP tinha!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate sobre o alargamento da União Europeia e seus impactos, o qual, julgo, foi extremamente interessante. Em breve, teremos de voltar a discutir as questões europeias. O mais tardar no início do próximo mês de Fevereiro, uma vez que a nossa agenda está preenchida até essa altura, teremos de ter um debate sobre o andamento dos trabalhos da Convenção para o Futuro da Europa. É um tema absolutamente prioritário e espero que, logo na primeira semana do mês de Fevereiro, se encontre espaço na agenda para podermos fazer uma debate sobre essa matéria. Nessa altura, está prevista a vinda a Portugal do Presidente da Convenção, segundo se tem falado, e haveremos de encontrar possibilidade de que representantes do Parlamento se encontrem com ele. Srs. Deputados, a próxima reunião...

O Sr. **António José Seguro (PS)**: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro (PS)**: — Sr. Presidente, na ausência, justificada, de V. Ex.^a, tive oportunidade de, em nome do Grupo Parlamentar do PS e durante as conclusões deste debate, sugerir que, se houvesse consenso de todos os grupos parlamentares, o próximo debate sobre as questões europeias pudesse ser sobre a reforma da política de coesão e da política regional da União Europeia, porque esse é um tema que terá, verdadeiramente, um grande impacto sobre o desenvolvimento do nosso país.

Gostava, Sr. Presidente, nesta fase em que V. Ex.^a está a fazer a síntese deste debate, de lhe dar esta informação e, sobretudo, de reforçar a proposta do Grupo Parlamentar do PS, porque esse debate parece-nos indispensável, dado que é o tema de maior impacto que vai estar em discussão, para além das questões institucionais, como o Sr. Presidente referiu.

O Sr. Presidente: — Muito bem! Registo a iniciativa do Partido Socialista, que será, com certeza, tida em conta nos trabalhos a que teremos de proceder no âmbito da Conferência de Líderes.

Quero assinalar que para a próxima terça-feira estão convocadas quatro reuniões de comissões permanentes e duas de subcomissões, ficando destinada a segunda-feira, como está estabelecido, a contactos com o eleitorado.

A próxima sessão plenária realiza-se quarta-feira, dia 15, com início às 15 horas, e destina-se à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 29/IX — Aprova o Código do Trabalho. Atendendo à grelha de tempos atribuída a este debate, nesse dia não está previsto período de antes da ordem do dia.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
António Alfredo Delgado da Silva Preto
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
Alberto Arons Braga de Carvalho
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Luís Alberto da Silva Miranda
Manuel Alegre de Melo Duarte
Oswaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Henrique José Monteiro Chaves
Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
João Eduardo Guimarães Moura de Sá
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José Manuel Carvalho Cordeiro
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Paula Barral Carloto de Castro
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Cardona Gomes Cravinho
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislação serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,20